

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jequié - Iprej publica



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

SUMÁRIO

- PAI - PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS
- RELATÓRIO DA REAValiação ATUARIAL DO IPREJ

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Outros

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE

JEQUIE - BA

POLÍTICA ANUAL



DE

INVESTIMENTO

2022

IPREJ

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	5
2 - OBJETIVOS DA GESTÃO	7
2 . 1 - META ATUARIAL	7
2 . 2 - PARÂMETROS DE RENTABILIDADE	10
3 - GESTÃO DOS RECURSOS	14
3 . 1 - FORMAS DE GESTÃO	14
3 . 2 - CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR	14
3 . 3 - GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
3 . 3 . 1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS	18
3 . 3 . 2 - COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS	20
3 . 4 - ORIGEM DOS RECURSOS	22
3 . 5 - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	23
3 . 6 - GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS	24
3 . 7 - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)	25
3 . 8 - RESTRIÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS.....	27
3 . 9 - PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA	33
3 . 10 - CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS	34
3 . 10 . 1 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)	35
3 . 10 . 2 - PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)	35
3 . 11 - CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO	36
3 . 11 . 1 - INSTITUIÇÕES	36
3 . 11 . 2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO	37
3 . 11 . 3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO	39
3 . 11 . 4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO	40

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

4 - ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO	41
4 . 1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS	41
4 . 1 . 1 - ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA	41
4 . 1 . 2 - ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA	42
4 . 1 . 3 - INFLAÇÃO	42
4 . 1 . 4 - INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA	45
4 . 2 - AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS	47
4 . 2 . 1 - SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS – EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	47
4 . 2 . 2 - CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO	49
4 . 3 - METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS	49
4 . 4 - ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT	50
5 - ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022	52
5 . 1 - RENDA FIXA	53
5 . 1 . 1 - TÍTULOS PÚBLICOS	53
5 . 1 . 2 - FUNDOS DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	54
5 . 1 . 3 - FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	55
5 . 1 . 4 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS.....	56
5 . 1 . 5 - FUNDOS DE RENDA FIXA	57
5 . 1 . 6 - FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO DE RENDA FIXA	58
5 . 1 . 7 - ATIVOS FINANCEIROS DE RENDA FIXA	59
5 . 1 . 8 - FIDC - FUNDOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	60
5 . 1 . 9 - FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO	61
5 . 1 . 10 - FUNDOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS 85% DE DEBÊNTURES	62
5 . 2 - RENDA VARIÁVEL	63
5 . 2 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	64
5 . 2 . 2 - FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO DE RENDA VARIÁVEL	65
5 . 3 - INVESTIMENTO ESTRUTURADO	66
5 . 3 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS	67
	3

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5 . 3 . 2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	68
5 . 3 . 3 - FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO	69
5 . 4 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS	70
5 . 4 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS	71
5 . 5 - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	72
5 . 5 . 1 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	73
5 . 5 . 2 - FIC - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR	74
5 . 5 . 3 - FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I	75
5 . 6 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	76
5 . 6 . 1 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	77
5 . 7 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO	78
5 . 8 - LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK	79
6 - CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR	80
7 - ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO	82
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
8 . 1 - MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	86
8 . 2 - MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	87
8 . 3 - MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO	88
9 - ANEXO	89
9 . 1 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	89
9 . 2 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO	90
9 . 3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO COMPLETO	92
9 . 4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO COMPLETO	95
9 . 5 - TERMO DE ANÁLISE E CADASTRO DO DISTRIBUIDOR	96
9 . 6 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	98

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

1 – INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva estabelecer as diretrizes e linhas gerais de procedimentos, que nortearão os investimentos do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de JEQUIE - BA, IPREJ, com foco no cumprimento da Meta Atuarial, definida para o ano de 2022, tendo em consideração o cenário macroeconômico esperado.

O Artigo 4 da Resolução CMN 4.963 de 26 de novembro de 2021, estabelece que os responsáveis pela gestão dos RPPS, **antes do exercício a que se referir**, deverão definir a Política Anual de Aplicação dos Recursos (**PAI - Política Anual de Investimentos**).

Respeitados os limites e regulamentos definidos pela CMN - Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN 4.963/2021, a distribuição proposta para os recursos, nas modalidades de aplicações existentes no mercado financeiro, visa otimizar o retorno desses investimentos e assegurar a sustentabilidade do plano de benefícios dos RPPS.

No tocante a gestão de investimentos, o art. 1º § 1º da Resolução CMN 4.963/2021, de 26 de novembro de 2021, determina aos responsáveis pela gestão do RPPS, observar os seguintes princípios:

I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III - zelar por elevados padrões éticos;

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

IV - adotar regras, procedimentos e controles internos que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes, em regulamentação da Secretaria de Previdência;

Além disso, o art. 1º, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021, determina que, para assegurar o cumprimento dos princípios acima, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes (como a Lei 9.717/1997 e a Portaria MPS 519/2011, entre outras).

O **PAI** e suas possíveis revisões, deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação, conforme exige o **Artigo 5 da Resolução CMN 4.963/2021**.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

2 – OBJETIVOS DA GESTÃO

2.1 – META ATUARIAL

Conforme consta na Avaliação Atuarial e na Portaria MF nº 464/2018, as Provisões Matemáticas Previdenciárias precisam ser capitalizadas no mercado financeiro, no intuito de manter o seu poder de compra, no momento que estas Provisões retornarem para os Segurados, no ato da concessão de Benefício. Para a manutenção do poder de compra dos recursos previdenciário é estabelecida uma Taxa Real de Juros a ser alcançada, chamada de **META ATUARIAL**.

Conforme exigência da **Portaria MF nº 464/2018**, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) deverá ser definida, através de cálculos da Duração do Passivo Previdenciário que seguirão uma metodologia chamada **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média**, calculada sobre o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial, conforme a **Instrução Normativa SPREV nº 02/2018**.

A Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, calculará um índice (pontos), que servirá como parâmetro para a definição da Taxa Real de Juros (Meta Atuarial) que será definida em uma escala entre **2,60% a 5,04%**, conforme o **ANEXO I**, da **Portaria ME nº 6.132 de 25 de maio de 2021**.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais**ANEXO I, da Portaria nº 6.132/2021**

Pontos (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)
1,0	2,60
1,5	2,90
2,0	3,24
2,5	3,52
3,0	3,74
3,5	3,91
4,0	4,05
4,5	4,15
5,0	4,24
5,5	4,31
6,0	4,38
6,5	4,43
7,0	4,47
7,5	4,51
8,0	4,55
8,5	4,58
9,0	4,61
10,0	4,66
10,5	4,68
11,0	4,71
11,5	4,72
12,0	4,74
12,5	4,76
13,0	4,77
13,5	4,79
14,0	4,80
14,5	4,81
15,0	4,83
15,5	4,84
16,0	4,85
16,5	4,86
17,0	4,87
17,5	4,88
18,0	4,88
18,5	4,89
19,0	4,90
De 19,50 a 20,0	4,91
20,5	4,92
De 21,0 a 21,5	4,93
De 22,0 a 22,5	4,94
De 23,0 a 23,5	4,95
De 24,0 a 24,5	4,96
De 25,0 a 26,0	4,97
De 26,5 a 27,0	4,98
De 27,5 a 29,0	4,99
De 29,5 a 30,5	5,00
De 31,0 a 33,0	5,01
33,5	5,02
De 34,0 ou mais	5,04

*Fonte: ANEXO I, da Portaria ME nº 6.132 de 25 de maio de 2021, modificado.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Conforme o cálculo da Duração do Passivo sobre o Fluxo Atuarial da Avaliação Atuarial/2021, data focal 31/12/2020, a Duração do Passivo do IPREJ é de 16,19 anos. Conforme a metodologia de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, os recursos financeiros administrados pelo IPREJ deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno real equivalente á 4,85% a.a.. O índice inflacionário utilizado é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A escolha do IPCA deve-se ao fato de ser o índice oficial que mede a inflação do país adotada pelo Governo Federal.

PROJEÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL (META ATUARIAL) (4,85% a.a. + IPCA)

Meta Atuarial	2018	2019	2020	2021 *	2022 *	2023 *	2024 *
IPCA (final do ano)	3,75%	4,31%	4,52%	10,01%	5,03%	3,41%	3,00%
Taxa de Juros Atuarial	6,00%	6,00%	5,88%	5,44%	4,85%	4,85%	4,85%
Meta Atuarial	9,95%	10,54%	10,64%	15,95%	10,10%	8,41%	7,98%

**FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 31 de dezembro de 2021.*

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 31 de dezembro de 2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Portanto, conforme a Portaria MF nº 464/2018, a Instrução Normativa SPREV nº 02/2018 e a Portaria ME nº 6.132/2021, a Taxa Real de Juros (Meta Atuarial), será de 4,85% a.a. acrescido do IPCA.

2.2 – PARÂMETROS DE RENTABILIDADE

No ano de 2012, os RPPS apresentaram excelente desempenho de suas carteiras, devido a constante redução da Taxa Selic, que favoreceu os investimentos atrelados a índices pré-fixados (como o subíndice IMA - B, IRF - M...). Em 2013, o desempenho das carteiras foi o inverso. Devido o descontrole da inflação, tivemos forte elevação da Taxa Selic, impactando negativamente o desempenho dos Fundos atrelados a índices pré-fixados, com alguns rentabilizando com desvalorização de **-11%, como foi o caso do subíndice IMA - B.**

A partir de outubro de 2016, voltamos a ter uma forte e constante redução da Taxa Selic, que passou de 14,25%, chegando atualmente ao patamar histórico de 7,75% a.a.. Esse movimento constante de redução da Taxa Selic, favoreceu os investimentos de Longo Prazo durante esse período, como os subíndices IRF - M; IMA - B; IRF - M 1+, IMA - B 5+ entre outros, além de ter auxiliado a impulsionar os indicadores de Renda Variável, que também são favorecidos com a redução da Taxa de Juros.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Pela falta de conhecimento geral sobre o funcionamento do mercado financeiro, os Regimes Próprios passaram a ser mais cautelosos na hora de elaborar suas Políticas de Investimento, no tocante ao risco de mercado oferecido pelos investimentos. Por isso, a projeção da Taxa Selic se torna importante para a definição das estratégias de investimentos do exercício de 2022. Atualmente, a Taxa Selic se encontra em 7,75% a.a., com previsão de fechar o ano de 2021 em 9,25% a.a., e o ano de 2022 em 11,50% a.a., conforme previsão do Boletim FOCUS – Relatório de mercado, elaborado pelo Banco Central, do dia 31/12/2021.

A composição da carteira de investimentos buscará rentabilidades utilizando-se como referência (benchmark), indicadores para Fundos de Renda Fixa como **o CDI, os subíndices IMA (IMA – GERAL, IRF – M, IMA – B, IMA – B 5, IDKA e etc..)** e para Fundos de Renda Variável, indicadores como **IBOVESPA, IBrX e IBrX-50, entre outros.**

Conforme o cenário macroeconômico descrito no capítulo 4 desta Política de Investimentos, projetamos o seguinte cenário de rentabilidade para os índices abaixo:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais**PROJEÇÃO ESPERADA DE RETORNO/2022**

ÍNDICES	PESSIMISTA	OTIMISTA
CDI	8,42%	11,49%
IRF - M 1	8,22%	11,25%
IRF - M	8,01%	13,36%
IRF - M 1 +	7,43%	15,90%
IMA - B 5	8,64%	13,06%
IMA - B	9,20%	16,55%
IMA - B 5 +	9,88%	18,99%
IMA - GERAL	8,72%	14,56%
IDKA 2	8,79%	12,53%
IDKA 3	7,94%	14,69%
IBOVESPA	-3,91%	8,00%
IBr-X	-3,40%	9,36%
BDR - NÍVEL I	10,88%	27,00%

PROJEÇÃO DA TAXA SELIC

Taxa Selic	2018	2019	2020	2021 *	2022 *	2023 *	2024 *
Final do período	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	11,50%	8,00%	7,00%

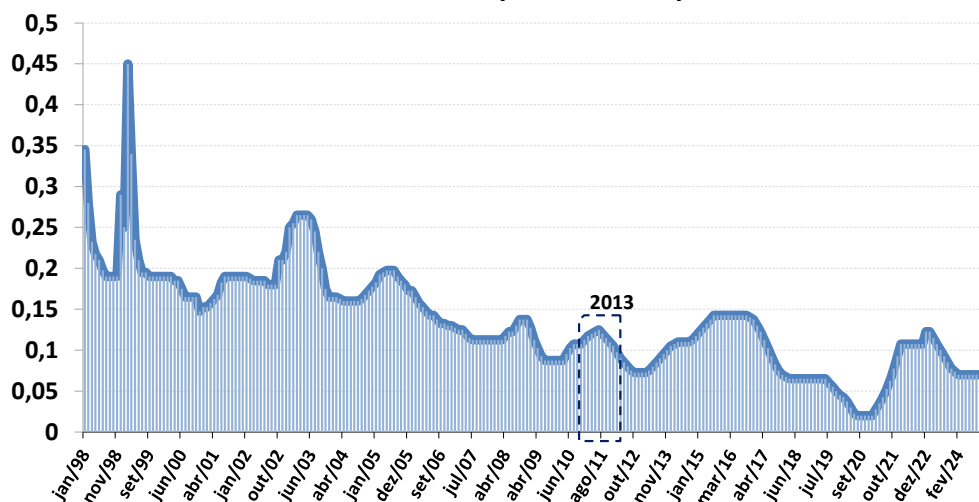
*FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 31 de dezembro de 2021.

A projeção da Taxa Selic para o final do ano de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 31 de dezembro de 2021.

A Projeção de elevação da Taxa Selic, a partir de 2022, requer cautela na elaboração da Política de Investimento, com relação aos investimentos de Longo Prazo, mais sensíveis a elevação de Taxa de Juros.

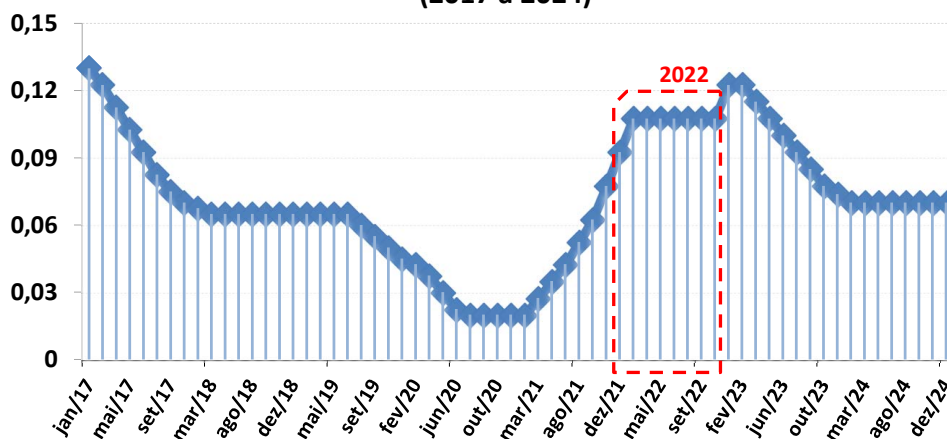
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

TAXA SELIC (1998 - 2024)



*FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 31 de dezembro de 2021.

TAXA SELIC (2017 a 2024)



*FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 31 de dezembro de 2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3 – GESTÃO DOS RECURSOS

3.1 – FORMAS DE GESTÃO

De acordo com as hipóteses previstas no inciso I, §1º, art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo IPREJ será realizada por gestão própria.

De acordo com o inciso II, §5º, do art. 3 da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013), entende-se por gestão própria, quando o RPPS realiza diretamente a execução da alocação dos recursos, conforme sua Política de Investimentos.

Art. 3, § 5º, II - Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.

3.2 – CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR

A Instrução CVM 554 de 17 de dezembro de 2014, separa os investidores em duas categorias: **Investidor Qualificado e Investidor Profissional**. O Investidor que não se enquadra em uma destas duas categorias é considerado um **Investidor em Geral (ou Investidor comum)**.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

O **artigo 9 – C da Instrução CVM 554/2014** passou o poder decisório de definir a categoria de investidor dos RPPS, ao MPS - Ministério da Previdência Social, sendo atualmente definido pela **SPREV – Secretaria de Previdência**, vinculado ao Ministério da Economia.

Art. 9º - C, Instrução CVM 554/2014 - Os regimes próprios de previdência social previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

A fim de atender a Instrução CVM 554/2014, o MPS publicou a Portaria MPS 185/2015, dispondo sobre o **Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - "Pró-Gestão RPPS"**.

O **artigo 2º da Portaria MPS 185/2015**, informa que o **Pró - Gestão RPPS** tem por objetivo, incentivar os RPPS's a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O **Art. 3º da Portaria MPS 185/2015**, informa que a adesão será **facultativa**, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS. Nesse caso, não aderindo ao programa, o RPPS será declarado um **Investidor em Geral (Investidor Comum)**.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Art. 6º - A, da Portaria MPS 519/2011 (incluída pela Portaria MPS 300/2015), considera INVESTIDOR QUALIFICADO, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

*I - Cujo ente federativo instituidor de RPPS possua Certificado de Regularidade Previdenciária - **CRP vigente na data da realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor**, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;*

*II - Revogado pela Portaria MPS 577/2017 - Possua recursos aplicados, informados no Demonstrativo das decorrentes Aplicações e Investimentos dos Recursos - **DAIR enviado à SPPS, do bimestre imediatamente anterior à data de realização de exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);***

III - comprove o efetivo funcionamento do Comitê de Investimentos, na forma do art. 3º-A;

Inciso IV da Portaria MPS 519, revogado pela portaria MPS 577, designa:

alínea a - de imediato, a formalização da adesão ao Pró - Gestão RPPS; e

alínea b - em até três anos a contar do primeiro ato de credenciamento, a obtenção da certificação institucional.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Assim, atendendo aos atuais requisitos para classificação da categoria de investidor, o IPREJ é considerado um INVESTIDOR EM GERAL, conforme as informações encontradas em 31/12/2021.

CATEGORIA DE INVESTIDOR

EXIGÊNCIA	REQUISITOS	SIM/NÃO
Art. 6 – A, I, da Portaria MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS 519/2011	CRP VIGENTE ATÉ: 31/12/2021?	SIM
Art. 6 – A, II, da Portaria MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS 519/2011	INFORMADO O DAIR DO MÊS ANTERIOR a 31/12/2021? (SIM ou NÃO)	SIM
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS até 31/12/2021 é maior que R\$ 10.000.000,00?	SIM
Art. 6 – A, III, da Portaria MPS 300/2015, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS COMPROVOU O FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO ANTERIOR a 31/12/2021? (SIM ou NÃO)	SIM
Art. 6 – A, IV, Parágrafo §1º, da Portaria MF 01/2017, incluso na Portaria MPS 519/2011	O RPPS ADERIU AO PRÓ-GESTÃO? (SIM ou NÃO)	NÃO

**O IPREJ NÃO ATENDE OS REQUISITOS,
SENDO CONSIDERADO UM INVESTIDOR EM GERAL**

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

É o sistema pelo qual as empresas e demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

3.3.1 – ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

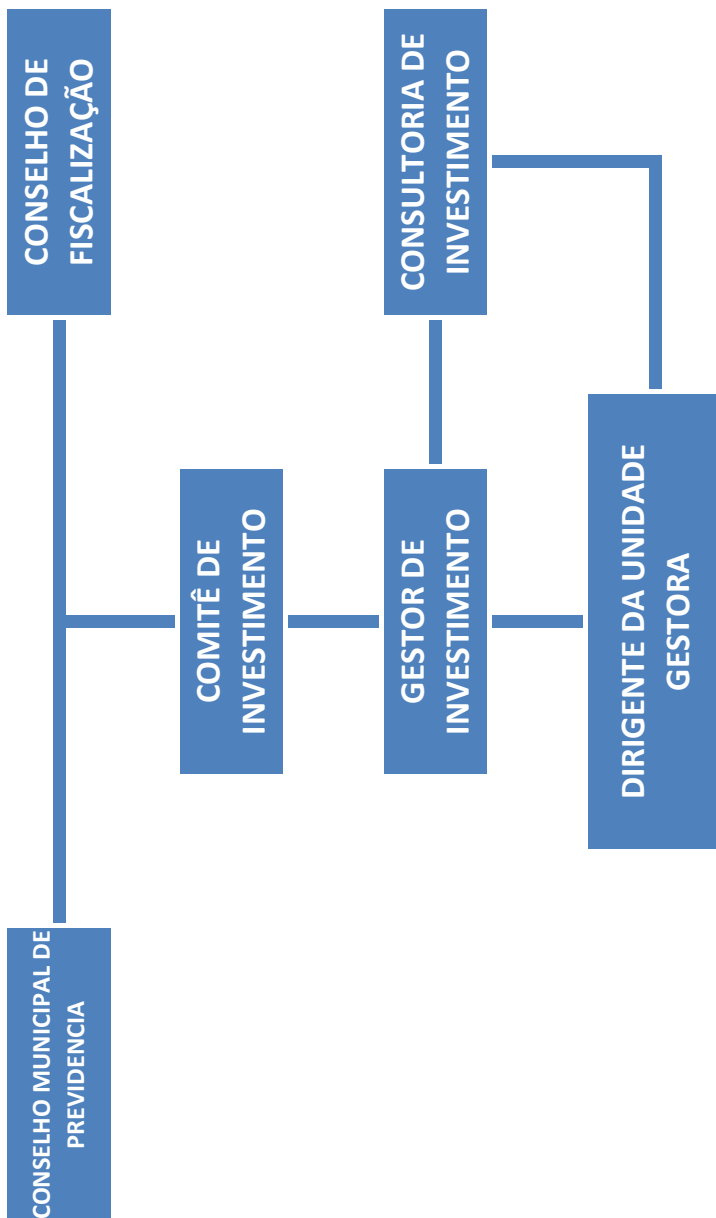
A estrutura da gestão de investimentos do IPREJ, distribui-se sobre o representante da Unidade Gestora, o Gestor de Investimentos, o Conselho Municipal De Previdencia, o Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimentos.

No intuito de auxiliar a gestão dos recursos, o IPREJ, contratará uma consultoria de investimentos, devidamente credenciada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, auxiliando na elaboração de Relatórios mensais, trimestrais e anual de investimento, analisando o desempenho da carteira de investimentos ao longo do exercício, além de auxiliar na elaboração da Política Anual de investimento do exercício seguinte.

O organograma da estrutura de gestão de investimentos do IPREJ, distribui-se da seguinte forma:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.3.2 – COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

A competência dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos do IPREJ são:

- Presidente e Gestor de Investimentos – Com relação aos Investimentos e administração dos recursos do IPREJ, em estrita observância das normas legais e regulatórias, cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Municipal De Previdencia, apresentar relatórios, no mínimo trimestrais, conforme exige a legislação, da gestão dos recursos e praticar demais atos de gestão do IPREJ.
- Comitê de Investimento – Órgão auxiliar no processo decisório, quanto a formulação e execução da política de investimentos.
- Conselho Municipal De Previdencia – Com funções de deliberação superior, cujas as deliberações serão promulgadas por meio de resoluções, decide sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida, pelo Diretor Executivo ou Pelo Conselho de Fiscalização e julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho de Fiscalização e dos atos do Diretor Executivo.
- Conselho de Fiscalização – Com função de fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária, verificar as contas e julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes, dos despachos atinentes a processos de benefícios.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Consultoria/Assessoria de Investimentos – Empresa contratada para desempenhar atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, com a finalidade de produzir recomendações, através de relatórios de acompanhamentos, estudos e pareceres, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento do IPREJ.

Conforme o Art. 4, VI e VII da Resolução CMN 4.963/2021, se encontram descritos nesta Política de Investimentos, a metodologia e os critérios que serão adotados, para acompanhamento do retorno esperado da carteira, assim como a análise prévia e o acompanhamento dos riscos dos investimentos.

A avaliação e acompanhamento dos riscos e retorno da carteira serão analisados por meio de Relatórios periódicos e Pareceres de Investimento, elaborados por empresa especializada na avaliação de investimentos em valores mobiliários.

Os Relatórios periódicos e os pareceres de investimento serão encaminhados a Diretoria Executiva, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo para apreciação e possível aprovação, nos casos que se tratar de aplicação em novos Investimentos.

Conforme o Art. 4, VIII, da Resolução CMN 4.963/2021, o plano de contingência do RPPS, em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução, se aplicará no exercício vigente, para regularização do CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.4 – ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos em moeda corrente do IPREJ são originários de disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capitais, das aplicações financeiras, dos títulos e valores mobiliários, dos ativos vinculados por lei ao RPPS e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária e demais ingressos financeiros auferidos pelo IPREJ.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.5 – POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações relevantes à gestão financeira do IPREJ, com destaque para o desempenho da carteira de investimentos e o cumprimento da Meta Atuarial, serão disponibilizadas ao Comitê de Investimentos, Conselho Municipal De Previdencia e Conselho de Fiscalização e aos demais interessados.

Deverão ser disponibilizados aos Segurados e aos Pensionistas, as seguintes informações com relação a Gestão de Investimentos, conforme o Art. 3º, inciso VIII da Portaria MPS 519/2011.

Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão observar na gestão dos recursos de seus RPPS as seguintes obrigações, além daquelas previstas na Resolução do CMN que dispõe sobre a aplicação dos recursos dos RPPS:

VIII - disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a) a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;*
- b) as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;*
- c) a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;*
- d) os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;*
- e) as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;*

23

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

f) relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;

g) as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;

h) os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.

O Art. 3º, inciso V da Portaria MPS 519/2011, menciona que o RPPS deverá elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

3.6 – GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS

Nos investimentos diretos via Títulos Públicos ou Operações Compromissadas e os investimentos indiretos via fundos de investimentos, do IPREJ levará em conta para sua política de investimentos os seguintes riscos envolvidos nas operações.

- **Risco de mercado:** é o risco de oscilações de preços do ativo conforme o cenário macroeconômico. Este é voltado para a volatilidade dos papéis, sobretudo de Renda Fixa (Títulos Públicos e fundos atrelados à inflação) e Renda Variável (ações, dólar e etc..).

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- **Risco de crédito:** possibilidade de o devedor não honrar seus compromissos. Nesses casos, o ideal é selecionar para a carteira, papéis que tenham recomendação de mercado.
- **Risco de liquidez:** É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo. É o risco de o investidor não conseguir dar liquidez ao ativo financeiro ou conseguir liquidez abaixo do preço de mercado.
- **Risco sistêmico:** São os riscos da política econômica do país, ou as consequências dessa política para outros países.
- **Risco de Taxa de Juros:** É o risco da variação das Taxas de Juros praticadas no mercado impactar na rentabilidade dos Investimentos.

3.7 – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO (Análise de Rating)

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do IPREJ que exijam classificação do risco de crédito das emissões (ativos financeiros, Títulos e valores mobiliários) e dos emitentes (instituições financeiras) a decisão será fundamentada em classificações mínimas de risco (rating), atribuídas por entidades legalmente autorizadas a realizar tal atividade.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

O Art. 7, § 3º, I da Resolução CMN 4.963/2021, determina que as aplicações dos RPPS em fundos de investimentos que necessitem de classificação de risco, sejam no mínimo classificadas como BAIXO RISCO DE CRÉDITO, pelas agências classificadoras de risco, registrada ou reconhecida pela CVM.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE RATING

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH		ATLANTIC	SR	AUSTIN	TIPO DE RISCO
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	-	-	-	
A1+	AAA		Aaa		AAA	AAA	AAA	AAA	Quase Nulo
	AA+	P1	Aa1		AA+	AA+	AA+	AA+	Irrisório
	AA		Aa2	F 1 +	AA	AA	AA	AA	
	AA-		Aa3		AA-	AA-	AA-	AA-	
A1	A+		A1	F 1	A+	A+	A+	A+	Muito baixo
	A		A2		A	A	A	A	
A2	A-	P2	A3	F 2	A-	A-	A-	A-	
A3	BBB+	P3	Baa1	F 3	BBB+	BBB+	BBB+	BBB+	Baixo
	BBB		Baa2		BBB	BBB	BBB	BBB	
	BBB-		Baa3		BBB-	BBB-	BBB-	BBB-	
B	BB+		Ba1	B	BB+	BB+	BB+	BB+	Moderado
	BB		Ba2		BB	BB	BB	BB	
	BB-		Ba3		BB-	BB-	BB-	BB-	
	B+	Not Prime	B1		B+	B+	B+	B+	Médio
	B		B2		B	B	B	B	
	B-		B3		B-	B-	B-	B-	
C	CCC		Caa	C	CCC	CCC (+/-)	CCC	CCC	Alto
	CC		Ca		CC	CC (+/-)	CC	CC	Muito Alto
	C		C		C	C (+/-)	C	C	Altíssimo
D	D		D		D e E	D		Inadimplente	

3.8 – RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DE INVESTIMENTOS AOS RPPS

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma, conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução CMN 4.963/2021, no artigo 2, § 4º aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela Comissão de Valores Mobiliários em regulamentação específica;
- Conforme o **artigo 16 da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações dos RPPS em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata a Resolução;
- Conforme o **artigo 18, Parágrafo Único da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, exceder a **20%** (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS, não se aplicando aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea “a” do inciso I do art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.
- Conforme o **artigo 19 da Resolução CMN 4.963/2021**, o total das aplicações dos recursos do RPPS, em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, observado o disposto no art. 16 da Resolução CMN 4.963/2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Conforme o **artigo 20, da Resolução CMN 4.963/2021**, o total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica.
- Conforme o **artigo 21, § 2º, inciso de I a III da Resolução CMN 4.963/2021**, o RPPS somente poderá aplicar recursos em cotas de fundos de investimento quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do CMN; o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de RPPS; o gestor e o administrador do fundo de investimento tenha sido objeto de prévio credenciamento e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão do RPPS como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.
- Conforme o **artigo 27 da Resolução CMN 4.963/2021**, os RPPS poderão manter em carteira, por até 180 (cento e oitenta) dias, as aplicações que passem a ficar desenquadradas em relação a esta Resolução, desde que seja comprovado que o desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, para as quais não tenha dado causa, e que o seu desinvestimento ocasionaria, comparativamente à sua manutenção, maiores riscos para o atendimento aos princípios previstos no art. 1º da Resolução CMN 4.963/2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Conforme o **artigo 27, § 1º da Resolução CMN 4.963/2021**, são consideradas situações involuntárias: entrada em vigor de alterações desta Resolução; resgate de cotas de fundos de investimento por um outro cotista, nos quais o RPPS não efetue novos aportes; valorização ou desvalorização de ativos financeiros do RPPS; reorganização da estrutura do fundo de investimento em decorrência de incorporação, fusão, cisão e transformação ou de outras deliberações da assembleia geral de cotistas, após as aplicações realizadas pela unidade gestora do RPPS; ocorrência de eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas e a evolução do patrimônio do RPPS ou quando decorrentes de revisão do plano de custeio e da segregação da massa de segurados do regime; aplicações efetuadas na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, caso o RPPS deixe de atender aos critérios estabelecidos para essa categorização em regulamentação específica e aplicações efetuadas em ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos nesta Resolução.
- Conforme o **artigo 27, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021**, as aplicações que apresentem prazos para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, previstos em seu regulamento, superiores ao previsto no caput, poderão ser mantidas em carteira, durante o respectivo prazo, desde que o regime próprio de previdência social demonstre a adoção de medidas de melhoria da governança e do controle de riscos na gestão das aplicações, conforme regulamentação estabelecida pela Secretaria de Previdência.
- Conforme o **artigo 28, I da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido (fundos de investimento que prevejam Alavancagem);

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Conforme o **artigo 28, II da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Conforme o **artigo 28, III da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- Conforme o **artigo 28, IV da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado praticar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia;
- Conforme o **artigo 28, V da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;
- Conforme o **artigo 28, VI da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
- Conforme o **artigo 28, VII da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos direta ou indiretamente, na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- Conforme o **artigo 28, VIII da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: taxas de administração, taxa performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM.
- Conforme o **artigo 28, IX da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM.
- Conforme o **artigo 28, X, da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado ao RPPS aplicar recursos em empréstimos de qualquer natureza, ressalvado o disposto no art. 12 da Resolução CMN 4.963/2021.
- Conforme o **artigo 28, XI, da Resolução CMN 4.963/2021**, é vedado ao RPPS aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE).

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.9 – PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA

Em consonância com o disposto na Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.695/2018, os Títulos Públicos serão custodiados por instituição legalmente habilitada para a prestação do serviço após procedimento formal de contratação.

Conforme o art. 22 da Resolução CMN 4.963/2021, a aquisição e a venda de Títulos Públicos Federais deverão ser respaldadas através de consulta à instituição financeira, à instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e deverão observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação.

Os títulos públicos integrante da carteira do Fundo serão registrados contabilmente e terão seus valores ajustados pela curva de mercado (marcação a mercado), observados regras e procedimentos definidos pelo MPS - Ministério da Previdência Social.

Caso o RPPS adquira Títulos e Valores Mobiliários, estes poderão ser contabilizados pelo seu valor de aquisição (Marcação na Curva), desde que atenda todos os requisitos da Portaria MPS nº 402/2008, com a redação alterada pela Portaria MPS nº 577/2017, conforme descrito no art. 16, VIII, § 2º.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.10 – CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS

A fim de atender os princípios de gestão dos recursos que constam no Art. 1º §1º, V, da Resolução CMN 4.963/2021 de 25 de novembro de 2021, o IPREJ deverá realizar com diligência, a seleção, o acompanhamento e a avaliação dos Prestadores de Serviços contratados.

Conforme o **Art. 24, inciso I e II da Resolução CMN 4.963/2021**, na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do RPPS, esta deverá recair sobre pessoas jurídicas registradas na CVM ou credenciadas por entidade autorizada para tanto pela CVM.

Conforme o **Art. 24, III da Resolução CMN 4.963/2021**, a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do RPPS, a fim de que não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço, e não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

Conforme o **Art. 24, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021**, o RPPS deverá avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.10.1 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CUSTODIANTE)

Conforme o **Art. 23 da Resolução CMN 4.963/2021**, em caso de contratação de serviços de custódia pelo regime próprio de previdência social deverá ser efetuado o prévio credenciamento de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º da Resolução CMN 4.963/2021, e observada a regulamentação estabelecida pela CVM e pelo Banco Central do Brasil.

3.10.2 – PRESTADOR DE SERVIÇO (CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS)

Conforme o Art. 4, § 2º da Resolução CMN 4.963/2021, o RPPS deverá estabelecer critérios para a contratação de pessoas jurídicas que desempenham atividade de avaliação de investimentos em valores mobiliários, as quais devem ser registradas, autorizadas ou credenciadas nos termos da regulamentação da CVM, com a finalidade de produção de recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de formulação da política de investimento e de tomada de decisão de investimento.

Adicionalmente a legislação, o IPREJ, na hipótese de contratação de prestação de serviços de consultoria, exigirá que a responsabilidade técnica dos pareceres e relatórios emitidos pela prestadora, recaia sobre pessoa física, com registro junto a CVM e, no mínimo, certificada como Especialista em Investimentos - CEA ANBIMA ou outra certificação semelhante e de mesmo nível.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.11 – CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO

Conforme o **artigo 3º, IX, da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013)**, na **gestão própria**, antes da realização de qualquer operação, os RPPS deverão assegurar, que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de **prévio credenciamento**.

Art. 3º, IX, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Conforme o **Art 3º, § 3º, da Portaria MPS 519/2011 (Alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017)**, o credenciamento deverá ser atualizado, no mínimo, a cada doze meses.

Art. 3º, § 3º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017) - A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.

3.11.1 – INSTITUIÇÕES

Para o credenciamento das Instituições, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representantes dos RPPS, no mínimo:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Art. 1º, § 3º Resolução CMN 4.963/2021 - Os parâmetros para o credenciamento das instituições de que trata o inciso VI do § 1º deverão contemplar, entre outros, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho.

Art. 3º, § 1º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 170/2012) - Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) - Regularidade fiscal e previdenciária.

3.11.2 – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Para o credenciamento dos Fundos de Investimento, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representantes dos RPPS, no mínimo:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Art. 3º, § 2º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) -
Quando se tratar de fundos de investimento:

inciso I da Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) -
O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:

alínea a da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) -
A análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

alínea b da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) -
A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;

alínea c da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) -
A avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

inciso II da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 440/2013) -
Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 3º, § 4º, Portaria MPS 519/2011 (alterada pela Portaria MPS 440/2013) -
As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas e atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

3.11.3 – TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO

No intuito de atender o art. 6º - E, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015), o IPREJ seguirá o TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO, disponibilizada no site da SPREV - Secretaria de Previdência.

Art. 6º - E, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições:

*inciso I - a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em **Termo de Análise de Credenciamento**, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet.
(GRIFO NOSSO)*

As informações e documentos utilizados para o preenchimento do **TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO** deverão conter em sua identificação: **1-Data, 2-validade e 3-Disponibilizados pela instituição credenciada em sites e cujo acesso seja de caráter público**, conforme exigido pelo artigo 6º - E, III, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015). Essas informações encontradas deverão ser mantidas pelo RPPS, no mínimo, em arquivos em meio digital e apresentados à SPREV – Secretaria de Previdência e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos.

Art. 6º - E, III, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores-Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPREV e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

O TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO para as Instituições, Administradores, Gestores, Distribuidores e Fundos de Investimento, adotado pelo IPREJ, encontra - se disponível no ANEXO desta Política Anual de Investimentos.

3.11.4 – ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Após realizar o preenchimento ou a atualização do TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO, a decisão sobre o credenciamento da instituição, deverá ser formalizada em um formulário disponibilizado pela SPREV, em endereço eletrônico, denominado **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO**, conforme exigido pelo **artigo 6º - E, II, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015)**.

Art. 6º - E, II, Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015) - a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.

O **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO** encontra-se disponível no **ANEXO** desta Política de Investimentos.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

4 – ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

4.1 – CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

4.1.1 – ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA

Conforme a ata do COPOM, em relação à atividade econômica brasileira, os indicadores da produção industrial e do comércio apresentaram resultados negativos e abaixo do esperado. O setor de serviços, continua em trajetória de recuperação robusta. O Comitê manteve a expectativa de uma retomada da atividade no 2º semestre/2021, ainda que menos intensa e mais concentrada no setor de serviços. Essa reavaliação reflete o impacto das limitações na oferta de insumos em determinadas cadeias produtivas, que devem perdurar até 2022. Em 2022, o crescimento tende a ser beneficiado por três fatores: 1-A continuação da recuperação do mercado de trabalho e do setor de serviços; 2-o desempenho de setores menos ligados ao ciclo de negócios, como agropecuária e indústria extrativa; e 3-os resquícios do processo de normalização da economia conforme a crise sanitária arrefece.

Com relação a taxa básica de juros brasileira, o COPOM avalia que o atual ritmo de crescimento da economia se torna apropriado a elevação dos juros. A assimetria no balanço de riscos, resultante das incertezas no cenário fiscal, implica elevação do risco altista, e avalia que esse viés de alta é agora maior do que o anteriormente considerado. Como consequência, o Comitê concluiu que o grau apropriado de aperto monetário é significativamente mais contracionista do que o utilizado no cenário anterior. A trajetória da atual elevação da Taxa de Juros se encontra compatível com a convergência da Inflação para a meta em 2022.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

O cenário de referência supõe, segundo as projeções do COPOM, que ao final de 2021 e 2022, as taxas de juros estejam, respectivamente em, 8,75% a.a. ; 9,50% a.a..

4.1.2 – ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA

No cenário externo, o ambiente tem se tornado menos favorável, refletindo a persistência do processo inflacionário e a consequente reação dos bancos centrais. O próximo ano deve ser caracterizado por menor crescimento, com a reversão dos impulsos fiscais e avanço nos processos de normalização da política monetária. Para as economias emergentes, essa combinação implica um cenário mais desafiador.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2021 e 2022, a taxa de câmbio se mantenha em R\$ 5,50 (sobre US\$ 1,00).

4.1.3 – INFLAÇÃO

O cenário de inflação envolve fatores de risco em todas as direções. Novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país. Apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o COPOM avalia que os questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação, aumentando a assimetria altista no balanço de riscos.

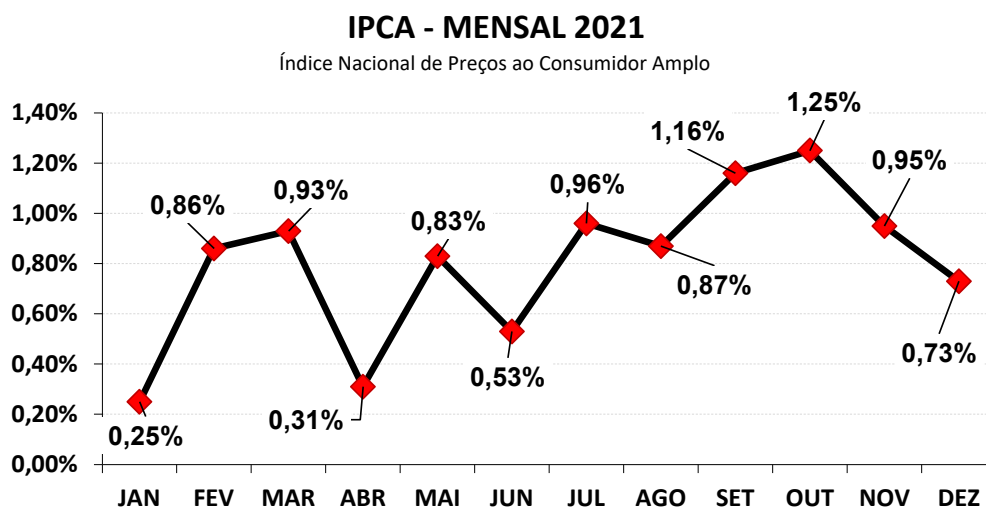
O cenário de referência, segundo as projeções do COPOM, implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário básico, elevando os prêmios de risco.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Para a trajetória de preços administrados, que compõe as projeções condicionais para a inflação produzidas pelo Copom, projeta-se variação de 17,17% em 2021; 4,61% em 2022; 3,97% em 2023 e 3,50% em 2024.

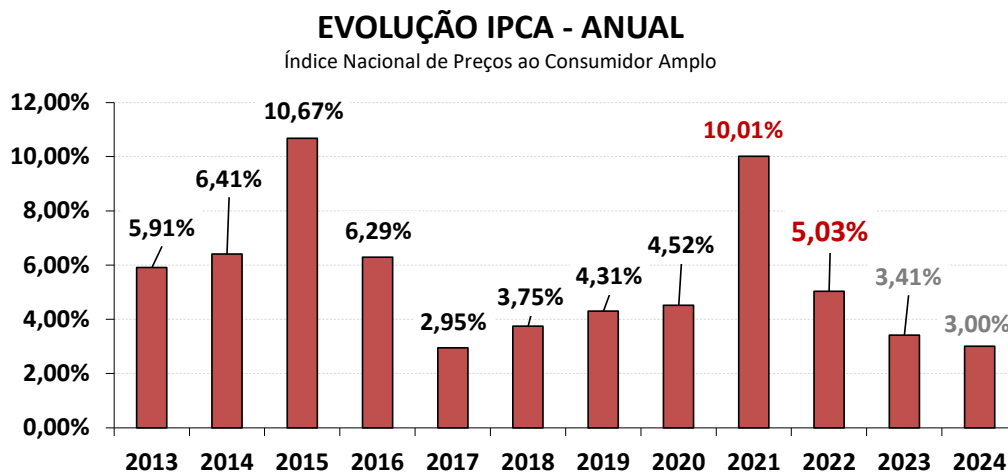
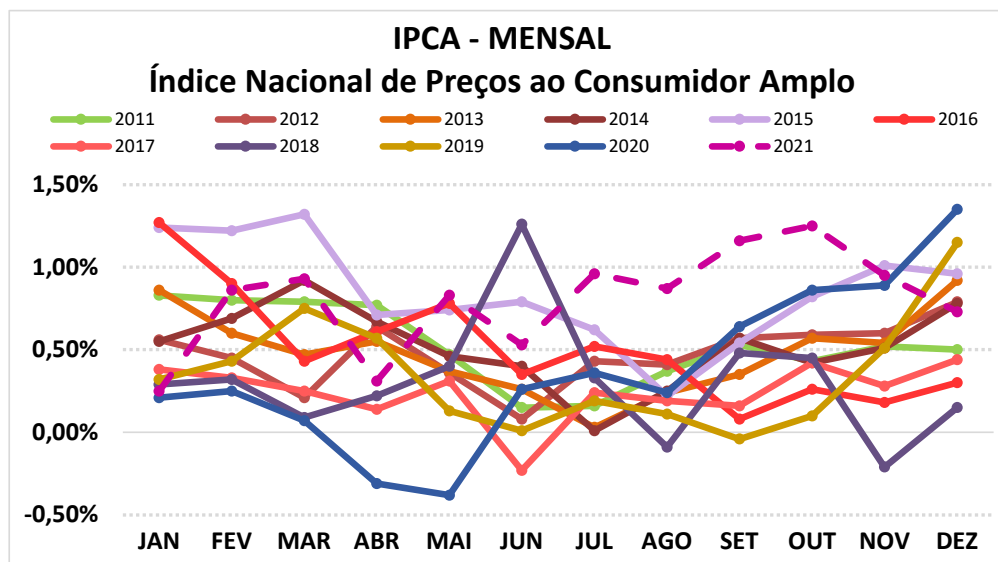
As expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus variam em torno de 10,01% para 2021; 5,03% para 2022; 3,41% para 2023 e 3,00% para 2024.

A projeção do IPCA para o final dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 encontram-se disponíveis no Boletim FOCUS – Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 31 de dezembro de 2021.



O Boletim Focus, com data em 31 de dezembro de 2021, prevê o IPCA de 2021 em 10,01%, ficando bem abaixo do intervalo de tolerância, do centro da meta.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



O IPCA de 2021 e 2022, tratam-se de projeções extraídos do Boletim FOCUS, elaborado na data de 31 de dezembro de 2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

4.1.4 – INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA

- **Relatório FOCUS** – Relatório semanal elaborado pelo Banco Central do Brasil, que relata as projeções do mercado com base em consulta de cem instituições financeiras aproximadamente, durante a semana anterior.
- **Atas do COPOM** – Atas emitidas às quartas-feiras da semana seguinte à divulgação da Taxa Selic. O Comitê de Política Monetária - COPOM divulga a ata da reunião, onde avalia a Evolução recente da economia, a tendência da inflação, implementação da política monetária, a atividade econômica no País, a expectativa do Mercado de trabalho, Crédito e inadimplência, Ambiente Econômico externo, Comércio exterior, as reservas internacionais, o Mercado monetário e as operações de mercado aberto.
- **Pesquisa Mensal de Emprego** – Pesquisa realizada pelo IBGE, onde produz indicadores sobre o mercado de trabalho nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- **Contas Nacionais Trimestrais** – Pesquisa realizada pelo IBGE, onde é apresentado o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.
- **IPCA e o INPC** – índices de Inflação divulgados pelo IBGE, necessários para a estimativa da Meta Atuarial.
- **IPCA - 15** – índice de inflação divulgado pelo IBGE, onde é feita a coleta dos atual. Funciona como uma prévia do IPCA mensal.

Abaixo apresentamos a tendência de alguns índices, analisados sobre os instrumentos de análise econômica e de inflação citados acima.

PROJEÇÃO - INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores Econômicos	2018	2019	2020	2021 *	2022 *	2023 *	2024 *
IPCA	6,29%	4,31%	4,52%	10,01%	5,03%	3,41%	3,00%
IGP-M	7,19%	7,32%	23,14%	17,47%	5,49%	4,00%	4,00%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$) <i>(final do período)</i>	3,85	4,10	5,14	5,63	5,60	5,40	5,30
Taxa SELIC <i>(final do período)</i>	6,50%	4,50%	2,00%	9,25%	11,50%	8,00%	7,00%
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	54,00%	56,20%	64,60%	58,75%	63,00%	65,20%	68,43%
Crescimento do PIB	1,30%	1,17%	-4,36%	4,50%	0,36%	1,80%	2,00%
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	(15,00)	(51,08)	(4,60)	(20,00)	(21,59)	(27,50)	(40,00)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	57,10	44,50	55,05	59,15	55,00	51,00	52,00
Investimento estrangeiro direto (US\$ Bilhões)	75,00	76,12	40,00	52,00	58,05	70,00	77,00
Preços Administrados	6,50%	5,16%	2,70%	17,17%	4,61%	3,97%	3,50%

*FONTE: Boletim FOCUS – Banco Central – 31 de dezembro de 2021.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

4.2 – AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS

4.2.1 – SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS - EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Uma ferramenta importante para a definição da Política de Investimentos dos recursos financeiros do RPPS é quanto ao seu **Equilíbrio Financeiro e Atuarial** contida nas Avaliações Atuariais. Municípios que possuem **superávit atuarial** possuem uma “folga” financeira a longo prazo, para pagamento de benefícios. Nesse caso, o RPPS possui recursos financeiros acima da sua necessidade de Benefícios a Conceder para os próximos 35 anos. Sendo assim, RPPS com essas características de Equilíbrio podem se expor mais aos riscos de investimentos que apresentem alta oscilação.

Já RPPS que possuem **Déficit Atuarial elevado**, a aplicação dos seus recursos financeiros em renda variável, fundos atrelados à inflação ou títulos públicos, necessitam um pouquinho mais de estudo, pois podem representar um risco a curto ou médio prazo, se não for definida uma estratégia segura de investimento quanto a “valores” e “prazos de resgate”. RPPS’s com Déficit Atuarial podem, devido sua má situação demográfica ou capacidade financeira baixa, utilizar seus recursos poupados para o pagamento de Benefícios antes dos prazos de vencimento definidos nas aplicações. Com isso, há possibilidade de ser amargar baixas rentabilidades ou até mesmo prejuízo em alguns investimentos devido a esse “descasamento” do fluxo de caixa do RPPS. Para pulverizar esse tipo de risco, um estudo importantíssimo para definir o valor aplicado ou o prazo seguro para não ocorrer esse tipo de descasamento é a utilização do estudo de **ALM – Asset Liability Management**.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Equilíbrio Financeiro

Com relação ao Equilíbrio Financeiro, o IPREJ se encontra em situação confortável no curto e médio prazo. Analisando as RECEITAS e DESPESAS do exercício, descritas no Demonstrativo da Resultados de Avaliação Atuarial - DRAA/2021, o RPPS apresenta risco de liquidez, com relação as obrigações previdenciárias. Segundo o DRAA/2021, o Total de Receitas Estimadas para o Exercício é no valor de R\$ 20.425.047,42, enquanto o Total de Despesas Estimadas é no valor de R\$ 63.787.368,70 resultando em um Déficit Financeiro de R\$ - 43.362.321,28, expondo o RPPS a riscos de liquidez no curtíssimo prazo.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

4.2.2 – CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

O IPREJ é um Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de JEQUIE - BA, ente de natureza autárquica, pertencente à Administração Pública Indireta do Município, dotada de personalidade jurídica individualizada de direito público interno.

A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades do IPREJ e será composta pelo Dirigente da Unidade Gestora e o Gestor de Investimentos.

O cargo de Diretor Executivo do IPREJ será de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito Municipal, sendo pessoa física.

4.3 – METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE RISCOS

A Renda Variável tem como objetivo a diversificação da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário, buscando aplicações financeiras mais rentáveis. Porém, em decorrência de sua característica de investimento de risco, essas aplicações só poderão ser realizadas se o Fundo possuir recursos em moeda corrente que não irá, necessariamente, ter que dispor no curto prazo. Além disso, tais aplicações deverão observar os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos e na referida norma regulamentar.

A Política Anual de Investimentos para a seleção de fundos de investimento, basear-se-á em instrumentos como:

- **Value at Risk (VaR)** – fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

- **Stress Testing** – processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes.
- **Índice de Sharpe** – unidade de medida que através de estudos estatísticos, mede a relação do risco com o retorno do fundo.
- **Coeficiente Beta/Correlação** – unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou reduzir o risco do fundo, através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim, o efeito da diversificação do fundo.
- **Desvio-padrão** – Medida estatística que mede a variação de um ativo ao longo de um período determinado. Quanto menor o resultado, menor a oscilação da rentabilidade.
- **ALM** - Outro mecanismo importantíssimo para a definição de valores e prazos de aplicação em Renda Variável é o estudo de **ALM** – *Asset Liability Management*, que visa analisar o período exato da utilização dos recursos aplicados. Lembramos que pelo risco que rendas variáveis oferece ao investidor é recomendável pelos analistas de mercado um prazo mínimo de 6 anos de aplicação.

4.4 – ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

A busca de títulos de renda fixa e renda variável com adequada relação retorno-risco, com vencimentos que coincidam com os pagamentos futuros dos benefícios, representam um dos grandes desafios da gestão da carteira de investimentos.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

A tarefa mais árdua para um administrador de um **Plano de Benefício Definido (BD)**, como é o caso dos RPPS é a gestão de seus ativos. Sabemos bem que retornos abaixo do esperado, no longo prazo, irão significar aumento de contribuição da parte patronal, já que o benefício está previamente definido.

Para atender a essas necessidades consultores, atuários e profissionais de investimentos desenvolveram uma série de estudos, que culminou no modelo hoje denominado por muitos de "**Asset Liability Management**" (ALM).

Os modelos de ALM buscam um casamento entre os ativos e os passivos futuros, ou seja, o casamento de fluxos de caixa futuro, no intuito de obter investimentos que acompanhem o fluxo projetado para o passivo. Para tanto, os atuários projetam as contribuições e os pagamentos de benefícios esperados para os próximos anos. Como essa tarefa não é simples, o aconselhável é que **NÃO SE ASSUMA ALGUM CRESCIMENTO POPULACIONAL (entrada de novos Servidores Ativos)**, conforme explicitado na introdução deste estudo.

O gerenciamento de ativos e passivos – **ALM** – será uma ferramenta de suma importância, pois irá mensurar com mais segurança, a exposição do patrimônio do instituto aos riscos do mercado financeiro, tornando mais consistentes os objetivos estabelecidos pelos gestores e conselheiros da administração dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022

Conforme o art. 2º da Resolução CMN 4.963/2021, os recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS deverão ser alocados em três segmentos de aplicação:

I - Renda Fixa;

II - Renda Variável;

III - Investimento no Exterior;

IV - Investimentos estruturados;

V - Fundos Imobiliários; e

VI - Empréstimos Consignados.

Investimentos em Renda Fixa são investimentos que possuem regras de remuneração definidas no momento da aplicação (rendimento pré determinado), podendo ter taxa de juros pós-fixada ou pré-fixada.

Investimentos em Renda Variável são investimentos que não se pode determinar os seus rendimentos, pois dependem de eventos futuros e comportamento macroeconômicos local e externo. É o tipo de investimento que possibilita alto retorno, porém, o risco é proporcional a esse retorno.

Investimentos Estruturados são aqueles ativos que realizam operações estruturadas no mercado combinando dois ou mais ativos. Por exemplo, as operações no mercado de Derivativos e alguns fundos de investimentos que são considerados como Investimentos Estruturados, como os Fundos de Investimentos Multimercados; Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos "Ações - Mercado de acesso".

Investimento no Exterior são investimentos de Renda Variável, cujo ativo financeiro é negociado no mercado externo.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5 – ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DE 2022

5.1 – RENDA FIXA

5.1.1 – TÍTULOS PÚBLICOS

Títulos públicos federais de responsabilidade do Tesouro Nacional, apresentam o menor risco do mercado financeiro doméstico e é permitido aos RPPS aplicarem até **100%** dos seus recursos, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I – até 100% (cem por cento) em:

a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

Títulos Públicos Federal

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO (%)	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021
0,00%	0,00%	100,00%	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.2 – FUNDOS REFERENCIADO DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São fundos de investimento, cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos e/ou Operações Compromissadas, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I – até 100% (cem por cento) em:

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos;

F.I. 100% T.P.F. e/ou Operações Compromissadas

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	76,61%	100,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.3 – FUNDOS DE ÍNDICE DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA, COMPOSTOS 100% EM TÍTULOS PÚBLICOS OU OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São fundos de investimento atrelados á índices de Mercado (ETF), cuja carteira é composta **100%** em Títulos Públicos ou Operações Compromissadas, de forma direta ou indireta, permitido aos RPPS aplicarem até 100% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

I – até 100% (cem por cento) em:

c) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos definidos na alínea "a", ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa);

F.I. Índice de Renda Fixa 100% T.P.F. e/ou Operações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	100,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.4 – OPERAÇÕES COMPROMISSADAS COM TÍTULOS PÚBLICOS

Operação compromissada é a possibilidade de o investidor realizar operações de empréstimos, dando Títulos como garantia. As operações compromissadas podem ter taxas pré - fixadas ou pós - fixadas, sendo permitida aos RPPS, realizar essas operações, exclusivamente com Títulos Públicos Federais, até **5%** do seu patrimônio líquido, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º – No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

II – até 5% (cinco por cento) em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I;

Operações Compromissadas

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	5,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.5 – FUNDOS REFERENCIADO EM INDICADORES DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é referenciada por ativos financeiros de Renda Fixa, permitido aos RPPS aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, b da Resolução CMN**.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

III – até **60%** (sessenta por cento) no somatórios dos seguintes ativos

a) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, constituídos sob a forma de condomínio aberto (fundos de renda fixa);

F.I. de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	60,00%	60%	60%

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.6 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA FIXA

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ativos financeiros em Índices de Mercado (ETF) de Renda Fixa, permitido aos RPPS, aplicarem até **60%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021, cumulativo aos fundos de investimento classificados como **artigo 7, III, a da Resolução CMN**.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

III – até 60% (sessenta por cento) no somatório dos seguintes ativos

b) cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda fixa);

F.I. de Índice de Renda Fixa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	21,29%	60,00%	60%	60%

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.7 – ATIVOS FINANCEIROS DE RENDA FIXA

São Títulos de Renda Fixa, emitidos por Instituições Financeiras Bancárias, autorizadas a funcionar pelo BACEN, permitidos aos RPPS aplicarem até **20%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

IV - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21

Ativos Financeiros de Renda Fixa de I.F.

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	20,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.8 – FIDC - FUNDOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

São fundos de investimento de Renda Fixa, chamados no mercado de "recebíveis", provenientes dos créditos que uma empresa tem a receber, como duplicatas, cheques e outros tipos de Título financeiro, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

V - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);

FIDC - Classe Sênior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.9 – FUNDOS DE RENDA FIXA DE CRÉDITO PRIVADO

São fundos de investimento que possuem no mínimo, **51%** de Títulos de caráter privado, classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão “crédito privado”, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

V - até 5% (cinco por cento) em:

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo “crédito privado” constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);

F.I. Renda Fixa de 'Crédito Privado'

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.1.10 – FUNDOS DE RENDA FIXA COMPOSTOS 85% DE DEBÊNTURES

São fundos de investimento de Renda Fixa, que deverão informar em seu Regulamento, que a composição da carteira do Fundo será de no mínimo 85% de Debêntures, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.695/2018.

Art. 7º - No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se aos seguintes limites:

V – até 5% (cinco por cento) em:

c) cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que disponha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.

F.I. em 85% de Debêntures

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.2 – RENDA VARIÁVEL

Conforme o Art. 8 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em Renda Variável, cumulativamente, limitar-se-ão a 30% (trinta por cento) da totalidade das aplicações do IPREJ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do IPREJ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatilidade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o IPREJ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo IPREJ, será respeitado um prazo de 5 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.2.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

São fundos de investimento em ações, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, permitido aos RPPS aplicarem até **30%**, conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:

I - cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);

F.I. Ações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	1,18%	30,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.2.2 – FUNDOS EM ÍNDICES DE MERCADO (ETF) DE RENDA VARIÁVEL

São fundos de investimento em ações em índice de mercado, cuja carteira é composta por ativos financeiros, que buscam refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados por Bolsa de Valores no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até **30%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 30% (trinta por cento) em:

II - cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável).

F.I. Ações em Índices de Renda Variável

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	30,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.3 – INVESTIMENTO ESTRUTURADO

Conforme o art. 2, § 1º da Resolução CMN 4.693/2021, são considerados investimentos estruturados:

- I - fundos de investimento classificados como multimercado;**
- II - fundo de investimento em participações (FIP); e**
- III - fundos de investimentos classificados como "Ações - Mercado de Acesso".**

Conforme o Art. 10 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em Investimentos Estruturados, cumulativamente, subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento) da totalidade das aplicações do IPREJ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do IPREJ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatilidade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o IPREJ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Aplicação em Renda Variável pode trazer rentabilidade negativa em alguns meses e nesse caso, qualquer aplicação nesse segmento pelo IPREJ, será respeitado um prazo de 5 anos para aplicação em renda variável, desde que o Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios, mas podendo ser interrompido, caso a valorização dos fundos de Renda Variável em algum determinado ano, mostre uma excelente oportunidade de ganho antes do prazo determinado.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.3.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADOS

São fundos de investimento, cuja carteira é composta de ativos de renda fixa e ativos de renda variável, sem fator de concentração em algum índice, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 10. *No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:*

I - até 10% (dez por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);

F.I. e F.I.C FI Multimercados

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,92%	10,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.3.2 – FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

São fundos de investimento de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição de ações ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 10. *No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:*

II - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a mesma proporção já investida nesses fundos;

F.I. em Participações

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.3.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTO AÇÕES - MERCADO DE ACESSO

São fundos de investimento, cuja carteira é composta por ações com direito de participarem do processo decisório da companhia investida, permitido aos RPPS aplicarem até 5% conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se ao limite global de até 15% (quinze por cento), e adicionalmente aos seguintes:

III - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

F.I. Ações - Mercado de Acesso

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.4 – FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Fundos Imobiliários (FII) são fundos de investimento destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, o que inclui, além da aquisição de direitos reais sobre bens imóveis, o investimento em títulos relacionados ao mercado imobiliário, como letras de crédito imobiliário (LCI), letras hipotecárias (LH), cotas de outros FII, certificados de potencial adicional de construção, (CEPAC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e outros previstos na regulamentação.

Conforme o Art. 11 da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações previstas em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores, sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) da totalidade das aplicações do IPREJ.

Essas aplicações, caso realizadas, terão como objetivo, a diversificação dos investimentos do IPREJ, tendo em vista a necessidade de se buscar investimentos mais rentáveis. Porém, em decorrência do alto risco de volatilidade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o IPREJ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.4.1 – FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS

São fundos de investimento, cuja carteira é uma comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, permitido aos RPPS aplicarem até **5%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social sujeitam-se ao limite de até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

F.I. Imobiliário

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	0,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.5 – INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Poderá ser disponibilizada uma parcela de até 10% dos recursos do IPREJ para essas aplicações, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.963/2021, a qual prevê a possibilidade de Investimentos no Exterior.

Este tipo de investimento é considerado Renda Variável, mas sendo negociado com ativos oferecidos no Exterior ou lastreados em Instituições domiciliadas no Exterior, sendo mais uma opção de aplicação para os RPPS. Em decorrência do alto risco de volatilidade, essas aplicações só poderão ser realizadas, se o IPREJ possuir horizonte de aplicação de médio e/ou longo prazo, não possuindo necessidade de consumir recursos no curto prazo.

O Histórico dessa modalidade de investimento demonstra que, quanto maior o prazo de aplicação, menor é o risco de uma rentabilidade acumulada baixa, devido os meses negativos perderem significância com prazos extensos.

Conforme o artigo 10º, da Resolução CMN 4.963/2021, as aplicações dos recursos dos RPPS subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) previstos em Investimento no Exterior, da totalidade das aplicações do IPREJ.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.5.1 – F.I. E F.I.C - RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA

São fundos de investimentos classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa", cuja carteira é composta por até **80%** em **Títulos de Dívida Externa do Brasil**, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

I - cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";

FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.5.2 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS - ABERTO - INVESTIMENTO NO EXTERIOR

São cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", cuja carteira é composta por, no mínimo, **67%** do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

II - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

FIC - Aberto - Investimento no Exterior

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.5.3 – FUNDOS DE AÇÕES - BDR NÍVEL I

São fundos de investimento em ações, cuja carteira é uma comunhão de ações de empresas estrangeiras negociadas no Brasil, permitido aos RPPS aplicarem até **10%** conforme a Resolução CMN 4.963/2021.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de:

III - cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

Fundos de Ações - BDR Nível I

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	10,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.6 – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

O crédito consignado é a modalidade de empréstimo pessoal em que o valor das parcelas é descontado automaticamente, direto no contracheque do Servidor Público ou, sobre os proventos dos Aposentados/Pensionistas.

Conforme o Art. 12, I da Resolução CMN 4.963/2021, no segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos RPPS subordinam-se, até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º da Resolução CMN 4.963/2021.

Por mais que esta Política de Investimento permita com que o IPREJ disponibilize o limite máximo de seu Patrimônio Líquido (5,00%), conforme a Resolução CMN 4.963/2021, para o segmento de Empréstimos Consignado, o IPREJ deverá, além de atender todo o artigo 12 da Resolução CMN 4.963/2021, aguardar a Secretaria de Previdência publicar as regulamentações procedimentais para verificação da viabilidade econômico-financeira da execução do segmento de empréstimo consignado junto aos seus Segurados.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.6.1 – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

I - até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do caput do art. 6º:

I - até 5% (cinco por cento), para os regimes que não alcançarem os níveis de governança previstos no § 7º do art. 7º;

Empréstimo Consignado

LIMITE INFERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR DE APLICAÇÃO DETERMINADO	RESOLUÇÃO CMN 4.695/2018	
			LIMITE DO SEGMENTO	LIMITE GLOBAL
0,00%	0,00%	5,00%	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.7 - RESUMO DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

ORDEM TABELA	TIPO DE ATIVO	RESOLUÇÃO CMN 4.963/2021		ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2022		
		ARTIGO	LIMITE	LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
1	Títulos Públicos Federal	7, I, a	100%	0,00%	0,00%	100,00%
2	F.I. 100% T.P.F. e/ou Operações Compromissadas	7, I, b	100%	0,00%	76,61%	100,00%
3	F.I. Índice de Renda Fixa 100% T.P.F. e/ou Operações	7, I, c	100%	0,00%	0,00%	100,00%
4	Operações Compromissadas	7, II	5%	0,00%	0,00%	5,00%
5	F.I. de Renda Fixa	7, III, a	60%	0,00%	0,00%	60,00%
6	F.I. de Índice de Renda Fixa	7, III, b	60%	0,00%	21,29%	60,00%
7	Ativos Financeiros de Renda Fixa de I.F.	7, IV	20%	0,00%	0,00%	20,00%
8	FIDC - Classe Sênior	7, V, a	5%	0,00%	0,00%	0,00%
9	F.I. Renda Fixa de "Crédito Privado"	7, V, b	5%	0,00%	0,00%	0,00%
10	F.I. em 85% de Debêntures	7, V, c	5%	0,00%	0,00%	0,00%
11	SUB-TOTAL RENDA FIXA			0,00%	97,90%	-
12	F.I. Ações	8, I	30%	0,00%	1,18%	30,00%
13	F.I. Ações em Índices de Renda Variável	8, II	30%	0,00%	0,00%	30,00%
14	SUB-TOTAL RENDA VARIÁVEL			0,00%	1,18%	30,00%
15	F.I. e F.I.C FI Multimercados	10, I	10%	0,00%	0,92%	10,00%
16	F.I. em Participações	10, II	5%	0,00%	0,00%	0,00%
17	F.I. Ações - Mercado de Acesso	10, III	5%	0,00%	0,00%	0,00%
18	SUB-TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			0,00%	0,92%	15,00%
19	F.I. Imobiliário	11	5%	0,00%	0,00%	0,00%
20	SUB-TOTAL FUNDOS IMOBILIÁRIOS			0,00%	0,00%	0,00%
21	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	9º, I	10%	0,00%	0,00%	10,00%
22	FIC - Aberto - Investimento no Exterior	9º, II	10%	0,00%	0,00%	10,00%
23	Fundos de Ações - BDR Nível I	9º, III	10%	0,00%	0,00%	10,00%
24	SUB-TOTAL INVESTIMENTO NO EXTERIOR			0,00%	0%	10,00%
25	Empréstimo Consignado	12	5%	0,00%	0,00%	5,00%
26	SUB-TOTAL EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,00%	0,00%	5,00%
27	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (11 + 14 + 18 + 20 + 24 + 26)			0,00%	100,00%	100,00%

78

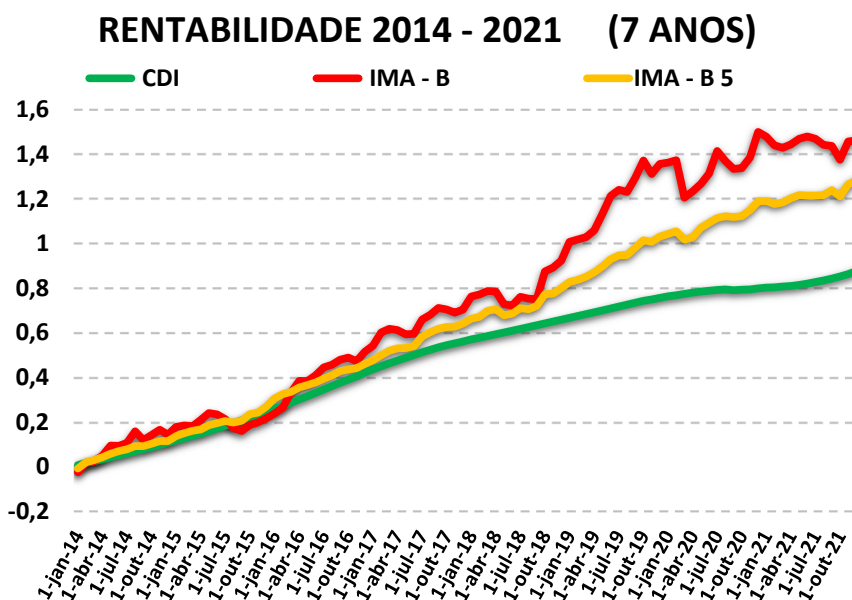
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

5.8 – LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK

Apesar de ser recomendável a diversificação da carteira, em momentos de incertezas e recuperação econômica, o IPREJ precisa perseguir a Meta Atuarial, sob penalidade de elevar o Déficit Atuarial.

Para conciliar os riscos de oscilação, com a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial é aconselhável que durante o exercício de 2022, o IPREJ mantenha uma carteira bem diversificada, distribuindo seus recursos em investimentos de Renda Fixa e de Renda Variável. Com relação as aplicações em subíndices ANBIMA, a carteira terá uma concentração especial, em índices moderados, como IMA - B 5, IDKA 2 ou IMA - GERAL, por serem mais estáveis.

Analisando o gráfico abaixo, praticamente o **IMA – B 5** rentabilizou a mesma coisa que o subíndice **IMA – B**, mas sem oferecer oscilações como em 2013.



Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

6 – CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR

A definição do perfil de investidor, através da metodologia de escala de 1 a 10, tem como objetivo auxiliar os gestores a elaborarem uma carteira de investimento, que busque atender seus objetivos (Meta Atuarial), sua aversão a risco e seu horizonte de aplicação.

A **Classificação de Perfil de Investidor**, segue a seguinte escala de classificação:

CLASSIFICAÇÃO DE PERFIL DE INVESTIDOR	
1	EXTREMAMENTE CONSERVADOR
2	CONSERVADOR
3	CONSERVADOR com tendência a ser MODERADA
4	MODERADO com tendência a ser CONSERVADORA
5	MODERADO
6	MODERADO com tendência a ser ARROJADA
7	ARROJADO com tendência a ser CONSERVADORA
8	ARROJADO com tendência a ser MODERADA
9	ARROJADO
10	EXTREMAMENTE ARROJADO

Alguns investidores tendem a manter a carteira de investimento em índices conservadores, como **zona de conforto**, porém, não existe outra forma de cumprir a Meta Atuarial, se não elevarmos o **RISCO DE MERCADO** da carteira. Portanto, a metodologia descrita acima, busca elaborar uma carteira que apresente a melhor relação de **risco x retorno** ou, **Oscilação de Mercado x Meta Atuarial**.

A definição do perfil de investidor do IPREJ, leva em consideração a perspectiva macroeconômica e dos investimentos e a aversão a risco do investidor.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Dentro da metodologia de Classificação de Perfil de Investidor, o IPREJ adotará uma carteira com PERFIL 5 - MODERADO.

Descrição do Perfil de Investidor

Objetivo do perfil

Perfil que tem o objetivo de equilibrar os ganhos com a segurança da carteira de Investimentos. É mais familiarizado com investimentos de RENDA FIXA, equilibrando as aplicações em ativos com rentabilidades baixas, mas positiva e ativos que podem oscilar (inclusive fechando o mês negativo), mas que apresentam ganhos maiores em períodos mais longos.

Comportamento da carteira

A carteira com perfil MODERADO, busca investimentos que apresentam rentabilidades mensais positivas e investimentos que podem oferecer ganhos mais vultuosos no médio e longo prazo. Esse tipo de perfil tem dificuldade para conseguir cumprir a Meta Atuarial, principalmente em períodos de inflação em alta.

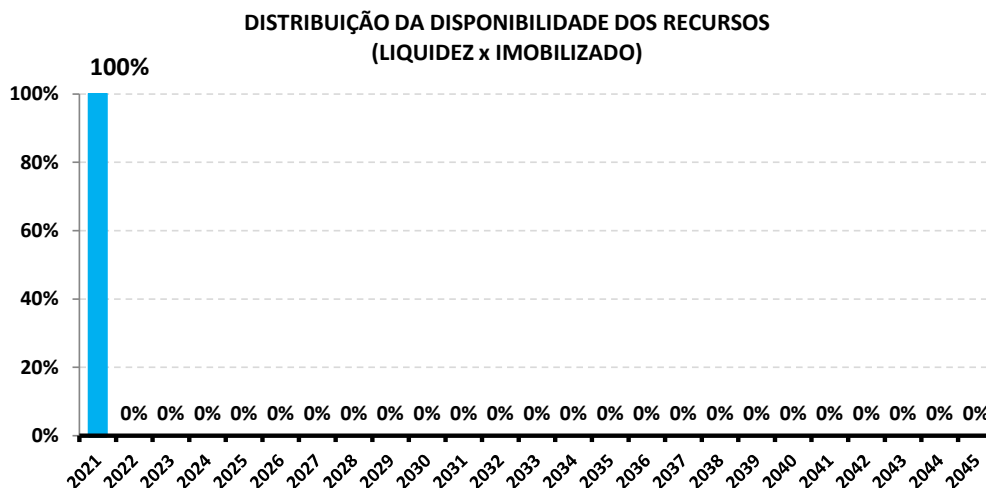
Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

7 – ADERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO PLANO

O primeiro objetivo financeiro de um Plano de Previdência é pagar benefícios aos seus Segurados (ou participantes). Por esse motivo, não podemos bloquear o resgate dos recursos, devido um planejamento financeiro mal feito. Para verificarmos se os investimentos ofertados mercado financeiro, não irão comprometer as obrigações previdenciárias a longo prazo, recomendamos no mínimo, a elaboração e análise da **Duration do fluxo de caixa do Plano de Benefícios** ou do **Fluxo Atuarial do RPPS**, contida nas Reavaliações Atuariais, para verificação da compatibilidade de caixa.

Segundo o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - 5/2021, a distribuição atual da carteira de investimentos, por horizonte temporal é da seguinte forma:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



<i>ORDEM</i>	<i>PRAZO (até x anos)</i>	<i>% DISTRIBUIÇÃO POR PRAZO</i>
1	0	100,00%
		100,00%

Portanto, o horizonte temporal da carteira de investimento é aderente as obrigações previdenciárias do plano.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Política de Investimentos deverá ser revista anualmente, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Municipal De Previdencia, Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimento, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Municipal De Previdencia do IPREJ, para avaliação e possível aprovação.

As aplicações realizadas pelo IPREJ passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizados alguns instrumentos de análise de risco, além do histórico de quotas e rentabilidade de fundos de investimento, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimento, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada. Estes investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho e da análise da composição da carteira dos fundos. As avaliações serão feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a otimizar o retorno da carteira, cumprir a meta atuarial e minimizar riscos.

O responsável pela gestão dos recursos do IPREJ deverá ser pessoa física, vinculada ao Ente Federativo e a unidade gestora do Regime Próprio como servidor de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração. Deverá ainda ter sido aprovado em exame de certificação profissional, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

A presente Política está sujeita a modificação, conforme o artigo 4º §1º da Resolução CMN 4.963/2021, em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos regimes de previdência bem como em decorrência de mudanças significativas no cenário econômico. Em ambos os casos, a adequação da presente política será discutida em reunião do Conselho Municipal De Previdencia.

Destacamos que no artigo 1º § 3º da Portaria MPS 519/2011, a Política Anual de Investimentos e suas revisões, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

JEQUIE - BA, 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

EMANOEL SILVA ALMEIDA

Diretor Presidente e Gestor de Investimentos do IPREJ

Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social - APIMEC - CGRPPS

CPF: 942.304.205 - 87



85

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Outros



RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JEQUIÉ - IPREJ

**AVALIAÇÃO ATUARIAL COM AS REGRAS DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019)**

DATA-BASE DO CADASTRO: dezembro/2021

DATA-BASE DA REAVALIAÇÃO: dezembro/2021

**ANTONIO MÁRIO RATTES DE OLIVEIRA
Atuário - MIBA nº1.162**

Brasília - DF, dezembro/2022

1

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. OBJETIVO	3
3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL	4
4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS	5
5. ELEGIBILIDADES PARA ACESSO AOS BENEFÍCIOS.....	6
6. PREMISSAS ATUARIAIS	6
7. REGIMES ATUARIAIS	7
8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO.....	8
9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS	8
10. ADEQUAÇÃO DA BASE DE DADOS	9
11. PASSIVO ATUARIAL	9
12. RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL	12
13. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	13
14. PLANO DE CUSTEIO ANUAL.....	13
15. PARECER ATUARIAL	14

ANEXOS

PROJEÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA.....	21
FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS - ALÍQUOTAS ATUAIS.....	26
FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS - ALÍQUOTAS SUGERIDAS – PLANO DE AMORTIZAÇÃO – SEM USO DE LDA.....	29
DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS EM CONFORMIDADE COM A LRF.....	32
CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS.....	37

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



1. APRESENTAÇÃO

O ordenamento jurídico que disciplina os Regimes Próprios de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consubstanciada nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 15/12/98, 41, de 19/12/2003, 47, de 05/07/2005, 70, de 29/03/2012, e 88, de 07/05/2015 e 103, de 12/11/2019, nas Leis Federais nºs 10.887, de 18/06/2004, e 9.717, de 27/11/98, e demais normativos da Secretaria da Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), instituiu um conjunto de ações de cunho financeiro, econômico e atuarial a serem observadas pelos entes federativos.

A exigência de realização de estudo atuarial com o objetivo de monitorar o equilíbrio econômico-financeiro presente e futuro dos respectivos regimes próprios visa assegurar a necessária solvência para o cumprimento das obrigações previdenciárias que lhes são pertinentes.

O estudo atuarial, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.717/98, deve ser efetuado em cada exercício, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses atuariais, nos dados financeiros e cadastrais ocorridas no período. Dessa forma, esta reavaliação atuarial contempla a atualização da análise das obrigações e dos direitos futuros concernentes ao RPPS do município de Jequié-BA, cabendo o estudo da sua dimensão e do seu comportamento ao longo do período de 75 anos estimados pela legislação para permanência do referido regime previdenciário.

Neste documento estão retratados os resultados da reavaliação atuarial com posição em 31/12/2021, com as novas regras definidas na Lei Municipal nº 2.222, de 18 de maio de 2022.

2. OBJETIVO

O estudo prospectivo das obrigações do RPPS tem por objetivo mensurar o grau de solvência econômico-financeira necessário para manter os benefícios de natureza previdenciária devidos aos servidores públicos efetivos e respectivos dependentes, qualificados na forma da Lei Municipal que instituiu e regulamenta o regime de previdência social dos servidores públicos municipais.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



Como resultados do estudo atuarial, serão quantificados para o Instituto:

- ❑ O custo previdenciário de todos os benefícios oferecidos em seu regulamento;
- ❑ As reservas necessárias ao pagamento dos benefícios previdenciários estruturados em regime financeiro de capitalização;
- ❑ As alíquotas de contribuição que equilibram financeira e economicamente o modelo previdenciário;
- ❑ As projeções atuariais de receitas e de despesas com o pagamento de benefícios e despesas administrativas do Instituto para o período de 75 anos;
- ❑ Os quantitativos esperados para os grupos de ativos, inativos e pensionistas para o período de 75 anos.

Levando-se em conta a elaboração de projeções para o período de 75 anos, cumpre-nos destacar que este estudo atuarial foi realizado dentro da *visão prospectiva* de ocorrência dos fatos, consistindo, então, em uma análise de inferência do que se estima ser observado ao longo deste período, razão pela qual os resultados devem ser interpretados dentro desta ótica. Eventuais desvios entre o comportamento esperado e a verdadeira ocorrência dos fatos relevantes aqui estimados poderão ocorrer, dada a natureza probabilística dos eventos tratados na avaliação atuarial, o que reforça a necessidade de revisões anuais, conforme prevê a Lei Federal nº 9.717/98 ao exigir a reavaliação atuarial em cada balanço.

3. CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E VALORES DOS BENEFÍCIOS - AMPARO LEGAL

O trabalho da reavaliação atuarial foi desenvolvido em observância à Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, Resoluções e Portarias do MTP aplicáveis ao assunto, em especial àquelas relacionadas a seguir:

- ❑ Constituição Federal, art. 40;
- ❑ Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/03, nº 47/05, nº 70/12, nº 88/15 e nº 103/19;

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



- ❑ Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015;
- ❑ Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- ❑ Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- ❑ Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social, a ser aplicada subsidiariamente ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS;
- ❑ Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- ❑ Decreto 3.112, de 06 de julho de 1999;
- ❑ Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999;
- ❑ Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- ❑ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- ❑ Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008;
- ❑ Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011;
- ❑ Portaria MPS nº 563, de 26 de dezembro de 2014;
- ❑ Orientação Normativa SPS nº02, de 31 de março de 2009;
- ❑ Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018;
- ❑ Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e
- ❑ Lei Municipal nº 2.222, de 18 de maio de 2022.

4. BENEFÍCIOS ASSEGURADOS

Os benefícios assegurados pelo RPPS são:

- ❑ Aposentadoria por tempo de contribuição;
- ❑ Aposentadoria por idade;
- ❑ Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho;
- ❑ Aposentadoria compulsória; e

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



- Pensão por morte.

As condições de elegibilidade e regras de cálculo dos benefícios estão definidas no art. 40 da Constituição Federal e nas Emendas Constitucionais nºs 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 88/15, bem como na legislação municipal que regulamenta o RPPS.

5. ELEGIBILIDADES PARA ACESSO AOS BENEFÍCIOS

A regras de elegibilidade, cálculo e reajuste dos benefícios estão definidas na Lei Municipal nº 2.222, de 18 de maio de 2022.

6. PREMISSAS ATUARIAIS

As hipóteses atuariais compreendem o conjunto de premissas que serão utilizadas na reavaliação para determinar o comportamento das variáveis envolvidas na quantificação das obrigações previdenciárias do RPPS.

As hipóteses atuariais e demais parâmetros empregados neste estudo foram definidos em conformidade com o disposto na Portaria MF nº 464/2018 e estão apresentadas no quadro seguinte.

HIPÓTESE/PARÂMETRO	31/12/2021
Taxa anual de juros real	4,76%, selecionada em função da duração do passivo (12,72 anos) e da taxa de juros parâmetro relativa ao ponto igual a 12,5 anos da ETTJ divulgada na Portaria SPrev nº 6.132, de 25/05/2021.
Tábua de sobrevivência de válidos	IBGE-2020
Tábua de mortalidade de válidos	IBGE-2020
Tábua de sobrevivência de inválidos	IBGE-2020
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE-2020
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Família-padrão para provisão de pensão	Dados reais dos dependentes e, em caso de inexistência, cônjuge três anos mais jovem que o titular masculino ou mais velho que o titular feminino e dois filhos, com

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



HIPÓTESE/PARÂMETRO	31/12/2021
	diferenças de 22 e 24 anos para a idade da mãe.
Taxa de crescimento real dos salários	1,00%a.a.
Taxa de crescimento real dos benefícios	0,00%
Fator de capacidade salarial	0,9844
Fator de capacidade de benefícios	0,9844
Indexador do sistema previdencial	IPCA
Taxa de rotatividade	1,00% a.a.
Reposição do contingente de servidores ativos	Não foi utilizada a hipótese de geração futura.
Idade de início da fase de contribuição para regime previdenciário	25 anos
Custeio administrativo	2,00% sobre a folha de salários do ano anterior.
Estimativa da data de entrada em aposentadoria	Diferimento de 24 meses a partir da primeira elegibilidade, considerando-se as regras de elegibilidade da Lei Municipal nº 2.222/2022.

7. REGIMES ATUARIAIS

Os regimes financeiros (atuariais) utilizados na presente reavaliação foram os de capitalização para as aposentadorias, reversões e pensões de ativo, e de repartição simples para a despesa administrativa.

As definições para esses regimes são aquelas tradicionalmente adotadas na literatura universal sobre o assunto. O regime de capitalização pressupõe a formação de reservas financeiras de longo prazo, geradas a partir das contribuições do ente público e dos servidores, bem como dos rendimentos financeiros auferidos a partir do investimento em mercado dessas contribuições.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



O regime financeiro de repartição simples se caracteriza pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias, sendo as alíquotas de contribuição são definidas a cada período de forma a custear integralmente os benefícios pagos no mesmo período. Nesse regime não são constituídas reservas e as receitas auferidas no período são integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios do mesmo período.

8. DESCRIÇÃO DO CADASTRO

O cadastro utilizado na reavaliação atuarial contém as informações do grupo de segurados vinculado ao RPPS, sendo todas as informações referentes a dezembro de 2021.

9. ESTATÍSTICAS DO UNIVERSO DE SEGURADOS DO RPPS

Esta reavaliação contemplou o universo de 3.319 segurados e beneficiários, sendo 2.190 ativos com vínculo efetivo, 860 aposentados e 269 pensionistas.

TABELA 1 - SERVIDORES ATIVOS

ESTATÍSTICA	31/12/2021
Quantidade	2.190
Idade atual (anos)	50,4
Salário (R\$)	5.472,85
Tempo de Serviço Total (anos)	26,5
Tempo de Serviço no Ente (anos)	20,3
Tempo de Serviço Anterior (anos)	6,2

TABELA 2 - APOSENTADOS

ESTATÍSTICA	31/12/2021
Quantidade	860

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ESTATÍSTICA	31/12/2021
Idade atual (anos)	69,8
Benefício (R\$)	5.158,85

TABELA 3 - PENSIONISTAS

ESTATÍSTICA	31/12/2021
Quantidade	269
Idade atual (anos)	62,0
Benefício (R\$)	2.494,07

10.ADEQUAÇÃO DA BASE DE DADOS

A base de dados utilizada está posicionada em dezembro de 2021 e os testes de consistência realizados demonstraram a qualidade da referida base de dados e sua adequação à elaboração da avaliação atuarial, demonstrando com fidedignidade a situação previdenciária e atuarial do RPPS.

Os dados se referem a todos os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos do ente público, inativos e pensionistas e não foram necessários ajustes significativos na base de dados, o que atesta a sua qualidade, completude e atualização.

11.PASSIVO ATUARIAL

O Quadro seguinte apresenta o balanço atuarial calculado com base nas regras de cálculo, elegibilidades e nas alíquotas vigentes em 31/12/2021, conforme informações enviadas pelo órgão gestor do RPPS.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



O balanço atuarial contempla apenas os benefícios estruturados em regime financeiro de capitalização.

O plano de custeio utilizado no cálculo da situação atuarial do RPPS é composto pelas seguintes alíquotas ordinárias:

- 14,00% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- 14,39% para o município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição ordinária.
- 14,00% dos aposentados e pensionistas incidentes sobre a parcela do benefício que exceder o teto do RGPS.

TABELA 4 - BALANÇO ATUARIAL – GERAÇÃO ATUAL

GERAÇÃO ATUAL	CENÁRIO SEM REFORMA	CENÁRIO COM REFORMA
RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS (A + B)	1.949.982.246,75	1.455.803.908,41
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (A) = (A.2 + A.3 – A.1 - A.4)	1.175.843.067,15	717.242.247,34
Total do Valor Presente das Contribuições Futuras (A.1)	241.292.357,16	297.735.709,91
Valor Presente das Contribuições sobre Salários	197.307.822,02	276.802.488,01
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios	43.984.535,14	20.933.221,90
Total do Valor Presente dos Benefícios Futuros (A.2)	1.595.271.292,17	1.134.103.673,11
Valor Presente das Aposentadorias	1.390.290.455,06	994.650.492,10
Valor Presente das Pensões	204.980.837,11	139.453.181,01
Valor Presente das Despesas Administrativas (A.3)	13.899.810,98	19.499.998,65
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (A.4)	192.035.678,84	138.625.714,51
RESERVAS MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (B) = (B.1 - B.2)	774.139.179,60	738.561.661,07
Total do Valor Presente Líquido dos Benefícios Concedidos (Atuais Aposentados e Pensionistas) (B.1)	774.139.179,60	738.561.661,07

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

GERAÇÃO ATUAL	CENÁRIO SEM REFORMA	CENÁRIO COM REFORMA
Valor Presente dos Benefícios de Aposentadoria	615.783.560,07	615.783.560,07
Valor Presente dos Benefícios de Pensão	189.391.133,26	152.075.711,94
Valor Presente das Contribuições sobre Benefícios (-)	31.035.513,73	29.297.610,94
Valor Presente da Compensação Financeira a Receber (B.2)	0,00	0,00
VALOR PRESENTE DOS PARCELAMENTOS (C)	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	21.278.508,74	21.278.508,74
RESULTADO ATUARIAL (D + C - A - B) (+) Superávit / (-) Déficit	(1.928.703.738,01)	(1.434.525.399,67)

O Valor Presente dos Benefícios Futuros representa o somatório dos benefícios futuros prometidos aos servidores e seus dependentes, quer estejam adquiridos ou não, fundados ou não. Refere-se, pois, ao montante de recursos que deve estar reunido numa determinada data para assegurar o pagamento de todos os benefícios prometidos a esses segurados no futuro sem que haja a necessidade de qualquer outra contribuição adicional ao plano.

O Valor Presente das Contribuições Futuras, por sua vez, representa o somatório das contribuições futuras, a serem pagas pelos segurados e pelo ente municipal, devendo ser suficiente para amortizar o correspondente ao Valor Presente dos Benefícios Futuros desses indivíduos, considerando o período de atividade do servidor e o patrimônio líquido existente na data da avaliação atuarial. Nos valores presentes das contribuições futuras estão inseridas, ainda, as contribuições que serão arrecadadas dos aposentados e pensionistas, pois segundo as novas determinações da Lei Municipal nº 2.222/2022, esses grupos deverão pagar contribuições sobre a parcela dos benefícios que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A reserva matemática ou passivo atuarial representa a obrigação do fundo de previdência para com os seus segurados e dependentes até a extinção da massa. Em outras

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



palavras, a reserva matemática é o montante que já deveria estar constituído no regime de previdência se todas as hipóteses e premissas da avaliação atuarial tivessem sido confirmadas na prática e se as contribuições normais e suplementares tivessem sido corretamente aportadas. O confronto entre a reserva matemática e o valor do ativo líquido do plano resultará na situação atuarial do regime de previdência, que poderá ser superavitária, deficitária ou nula.

Os resultados foram agrupados em Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos, sendo que o primeiro grupo representa os direitos e obrigações do regime de previdência para com os indivíduos que ainda não estão em gozo de benefícios, compostos pelos atuais servidores ativos e seus dependentes, bem como pelos futuros servidores ativos. O grupo dos benefícios concedidos se refere aos atuais aposentados e pensionistas, que já estão em gozo de benefícios.

Conforme informação prestada pelo órgão gestor do RPPS, o valor do ativo líquido do plano, em 31/12/2021, era de R\$ 21.278.508,74, conforme informações que constam do DAIR relativo ao último bimestre de 2021 encaminhado à Secretaria de Previdência (SPREV/MTP).

Observa-se, como resultado da reavaliação atuarial, que o RPPS apresenta um déficit atuarial, relativo à geração atual, de R\$ 1.434.525.399,67, considerando-se as premissas utilizadas e a legislação municipal.

12.RESULTADOS DA PROJEÇÃO ATUARIAL

As projeções atuariais para o período de 75 anos, conforme determina a legislação, encontram-se listadas no anexo II deste relatório, considerando as taxas de contribuição atualmente em vigor no regime de previdência municipal. No quadro estão apresentados os valores estimados dos pagamentos e recebimentos do RPPS ao longo do período de 75 anos, considerando-se a população atual e futura de servidores ativos, inativos e pensionistas. Também consta do referido quadro o valor esperado para o resultado previdenciário em cada exercício futuro e para o saldo financeiro.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



A análise dos quadros de projeções atuariais revela que a partir de 2022 o montante anual das despesas com benefícios e administrativa do RPPS ultrapassará o total de receitas de contribuições arrecadadas no exercício.

Anexo ao presente relatório encontra-se o demonstrativo das projeções atuariais com as alíquotas atualmente praticadas pelo RPPS e com as alíquotas propostas para o equacionamento do déficit atuarial.

13.COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Conforme prevê a Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência estaduais e municipais, uma parcela do passivo atuarial é de responsabilidade do RGPS.

Nesta reavaliação os valores de compensação previdenciária foram estimados com base na hipótese de idade de início da fase contributiva para regime previdenciário, para os servidores ativos, limitando-se o valor da compensação a 8% do valor presente dos benefícios futuros.

14.PLANO DE CUSTEIO ANUAL

Os quadros seguintes resumem as alíquotas de custos para o financiamento do regime de previdência municipal.

Os custos do primeiro quadro estão apresentados por tipo de benefício e são aqueles que equilibram o regime de previdência face aos benefícios que necessita pagar aos seus segurados. Os valores representam os custos dos benefícios do plano, expressos em percentagens incidentes sobre as remunerações de contribuição dos servidores ativos. Para efeito de cálculo do custo, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram considerados pelos valores líquidos, ou seja, deduzidos das contribuições que deverão aportar ao regime de previdência.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais**TABELA 5 - CUSTOS DOS BENEFÍCIOS**

BENEFÍCIO	CUSTEIO DE EQUILÍBRIO (EM %)
Aposentadoria programada	11,47%
Aposentadoria de professor	10,42%
Aposentadoria por invalidez	1,25%
Pensão de aposentadoria programada	2,06%
Pensão de invalidez	0,10%
Pensão de ativo	1,09%
Despesas Administrativas*	2,00%
Custo Total	28,39%

(*) Percentual aplicado sobre a folha salarial dos servidores ativos.

TABELA 6 - PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO PARA 2022

CONTRIBUINTE	ALÍQUOTA (%)
Ente público (contribuição ordinária sobre salários)	14,98%
Ente público (contribuição extraordinária sobre salários)	26,82%
Servidor ativo	14,00%
Servidor inativo (contribuição sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%
Pensionista (contribuição sobre a parcela excedente ao teto do RGPS)	14,00%

15.PARECER ATUARIAL

A reavaliação atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jequié - IPREJ revelou a existência de um déficit atuarial, em relação à geração atual de

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



segurados, evidenciando a insuficiência do custeio atual frente às obrigações previdenciárias assumidas pelo referido regime.

Conforme demonstrado no quadro do balanço atuarial, o regime de previdência do município apresentou uma insuficiência atuarial, em relação à geração atual, de R\$ 1.434.525.399,67, a qual, comparada com a situação com as regras anteriores à reforma previdenciária, cujo resultado foi de R\$ 1.928.703.738,01, indicou uma redução de 25,62% no déficit atuarial, demonstrando, de forma inequívoca, que a reforma previdenciária promovida pelo Município de Jequié contribuiu para a sustentabilidade atuarial do regime previdenciário municipal.

Apresenta-se, na tabela seguinte, a composição do patrimônio do plano em conformidade com as informações prestadas no DAIR, bem como as reservas matemáticas do plano de benefícios.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL – BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO (R\$)	GERAÇÕES FUTURAS (R\$)	GRUPO ABERTO CONSOLIDADO (R\$)
Valor atual das remunerações futuras	974.999.932,40	-	974.999.932,40
ATIVO	21.278.508,74	-	21.278.508,74
Aplicações financeiras e disponibilidades conforme a DAIR	21.278.508,74	-	21.278.508,74
Créditos a receber cfe. art. 17 §5º da Portaria MPS 403/08	-	-	-
Propriedades para investimentos (imóveis)	-	-	-
Direitos sobre royalties	-	-	-
Bens, direitos e demais ativos	-	-	-
PMBC	738.561.661,07	-	738.561.661,07
VPABF – CONCEDIDOS	767.859.272,01	-	767.859.272,01
(-) VACF – CONCEDIDO - ENTE	-	-	-
(-) VACF – CONCEDIDO - APOSENTADOS E PENS.	(29.297.610,94)	-	(29.297.610,94)
PMBaC	855.867.961,85	-	855.867.961,85
VPABF – A CONCEDER	1.113.170.451,21	-	1.113.170.451,21
(-) VACF – A CONCEDER - ENTE	(130.552.497,68)	-	(130.552.497,68)
(-) VACF – A CONCEDER – SERVIDORES ATIVOS	(126.749.991,68)	-	(126.749.991,68)
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL	1.594.429.622,92	-	1.594.429.622,92
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER	(138.625.714,51)	-	(138.625.714,51)
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR	-	-	-
VALOR ATUAL DOS PARCELAMENTOS	-	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ATUARIAL – BENEFÍCIOS AVALIADOS EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO			
DESCRIÇÃO	GRUPO FECHADO (R\$)	GERAÇÕES FUTURAS (R\$)	GRUPO ABERTO CONSOLIDADO (R\$)
RESULTADO ATUARIAL	(1.434.525.399,67)	-	(1.434.525.399,67)
(Déficit atuarial/ superávit atuarial / equilíbrio atuarial)	(1.434.525.399,67)	-	(1.434.525.399,67)

No desenvolvimento da presente reavaliação foram utilizadas as premissas e hipóteses atuariais relacionadas no relatório de avaliação atuarial, bem como a legislação constitucional, federal e municipal que regulam o funcionamento dos regimes de previdência dos servidores públicos e, em especial, do RPPS do Município de Jequié-BA.

O cadastro utilizado na reavaliação atuarial contém as informações do grupo de segurados vinculado ao plano de benefícios, sendo todas as informações referentes a dezembro de 2021.

O montante da folha salarial utilizado nas projeções foi de R\$ 11.985.545,30.

As hipóteses atuariais estão descritas no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, do qual este parecer é integrante, bem como no relatório de avaliação atuarial em poder do órgão gestor do RPPS.

As idades médias de aposentadoria projetadas estão apresentadas no quadro abaixo.

Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores – Masculino	66,6
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Não Professores - Feminino	63,4
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores – Masculino	62,7
Idade Média Projetada para a aposentadoria programada - Professores - Feminino	57,2

As alíquotas praticadas pelo município na data desta reavaliação são:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



a) 14,39% do município, incidente sobre a remuneração dos servidores ativos, a título de contribuição ordinária;

b) 14,00% dos servidores ativos; e

c) 14,00% dos aposentados e pensionistas incidentes sobre a parcela do benefício que exceder o teto do RGPS.

O custo dos benefícios assegurados pelo RPPS é de 28,39%, para o custo normal. Está inserida no custo normal a parcela relativa ao custeio administrativo, que, conforme a legislação em vigor, não poderá ultrapassar 2,00% do total das remunerações do ano imediatamente anterior.

O plano de equilíbrio para a amortização do déficit atuarial está apresentado na tabela nº 7, onde estão demonstradas as alíquotas de contribuição extraordinária da prefeitura ao longo do período no qual ocorrerá a amortização do déficit atuarial.

A duration foi calculada considerando-se os fluxos de benefícios concedidos e a conceder líquidos de contribuições incidentes sobre os respectivos benefícios tendo resultado em 12,84 anos.

**TABELA 7 - ALÍQUOTAS
EXTRAORDINÁRIAS DA PREFEITURA PARA
CUSTEIO DO PLANO – COM USO DO LDA**

ANO	Alíquota Extraordinária da Prefeitura
2022	26,82%
2023	36,82%
2024	46,82%
2025 a 2056	49,32%

As alíquotas acima foram definidas considerando-se os aportes necessários para o equilíbrio atuarial do regime previdenciário, sendo as alíquotas obtidas a partir do montante

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



atual da folha de salários dos servidores ativos com vínculo efetivo ao longo do período entre 2022 e 2056.

Conforme estabelece a Portaria MTP 1.467/2022, a partir de 2025 os pagamentos relativos ao custeio suplementar devem amortizar, pelo menos, os juros incidentes sobre o déficit atuarial, sendo que as alíquotas do plano de amortização foram estabelecidas de forma a se observar tal mandamento normativo, inclusive o aumento gradual a partir de 2023, quando a alíquota suplementar amortizará, no mínimo, 1/3 dos juros do déficit atuarial.

Observa-se que existe um custo de transição vinculado ao RPPS, fruto da não constituição, na devida época, das reservas necessárias para o custeio do tempo de serviço anterior à instituição do regime previdenciária. Essa transição se dará ao longo de 35 anos, calculado com base na duração do passivo e, findo esse período, o custo previdenciário do município retornará para o patamar atual.

Abaixo se encontram os parâmetros e a demonstração da suficiência do plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial. A amortização será feita por alíquotas, sendo os pagamentos das contribuições efetuados de forma postecipada.

SEM USO DE LDA	
Juros	4,76%a.a.
Prazo	25 anos
Déficit total	1.434.525.399,67
LDA	-
Déficit a amortizar	1.434.525.399,67
Crescimento da folha salarial anual	1,00%

Qtde. Mulheres	1.456
Qtde. Homens	734

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



Salário médio – mulheres	5.742,09
Salário médio – homens	4.938,79
Folha salarial anual	155.812.088,90

n	Ano	Percentual (%)	Base de Cálculo	Saldo Inicial	Pagamento	Juros	Saldo Final
1	2022	26,82%	157.370.335,84	1.434.525.399,67	42.206.724,07	68.283.409,02	1.460.602.084,62
2	2023	36,82%	158.944.039,20	1.460.602.084,62	58.523.195,23	69.524.659,23	1.471.603.548,62
3	2024	46,82%	160.533.479,59	1.471.603.548,62	75.161.775,14	70.048.328,91	1.466.490.102,39
4	2025	49,32%	162.138.814,38	1.466.490.102,39	79.968.271,46	69.804.928,87	1.456.326.759,80
5	2026	49,32%	163.760.202,53	1.456.326.759,80	80.767.954,17	69.321.153,77	1.444.879.959,40
6	2027	49,32%	165.397.804,55	1.444.879.959,40	81.575.633,71	68.776.286,07	1.432.080.611,76
7	2028	49,32%	167.051.782,60	1.432.080.611,76	82.391.390,05	68.167.037,12	1.417.856.258,83
8	2029	49,32%	168.722.300,42	1.417.856.258,83	83.215.303,95	67.489.957,92	1.402.130.912,80
9	2030	49,32%	170.409.523,43	1.402.130.912,80	84.047.456,99	66.741.431,45	1.384.824.887,26
10	2031	49,32%	172.113.618,66	1.384.824.887,26	84.887.931,56	65.917.664,63	1.365.854.620,33
11	2032	49,32%	173.834.754,85	1.365.854.620,33	85.736.810,87	65.014.679,93	1.345.132.489,39
12	2033	49,32%	175.573.102,40	1.345.132.489,39	86.594.178,98	64.028.306,49	1.322.566.616,90
13	2034	49,32%	177.328.833,42	1.322.566.616,90	87.460.120,77	62.954.170,96	1.298.060.667,09
14	2035	49,32%	179.102.121,76	1.298.060.667,09	88.334.721,98	61.787.687,75	1.271.513.632,86
15	2036	49,32%	180.893.142,97	1.271.513.632,86	89.218.069,20	60.524.048,92	1.242.819.612,58
16	2037	49,32%	182.702.074,40	1.242.819.612,58	90.110.249,89	59.158.213,56	1.211.867.576,25
17	2038	49,32%	184.529.095,15	1.211.867.576,25	91.011.352,39	57.684.896,63	1.178.541.120,49
18	2039	49,32%	186.374.386,10	1.178.541.120,49	91.921.465,92	56.098.557,34	1.142.718.211,91
19	2040	49,32%	188.238.129,96	1.142.718.211,91	92.840.680,57	54.393.386,89	1.104.270.918,23
20	2041	49,32%	190.120.511,26	1.104.270.918,23	93.769.087,38	52.563.295,71	1.063.065.126,56
21	2042	49,32%	192.021.716,37	1.063.065.126,56	94.706.778,25	50.601.900,02	1.018.960.248,33
22	2043	49,32%	193.941.933,54	1.018.960.248,33	95.653.846,04	48.502.507,82	971.808.910,11
23	2044	49,32%	195.881.352,87	971.808.910,11	96.610.384,50	46.258.104,12	921.456.629,73
24	2045	49,32%	197.840.166,40	921.456.629,73	97.576.488,34	43.861.335,58	867.741.476,97
25	2046	49,32%	199.818.568,06	867.741.476,97	98.552.253,23	41.304.494,30	810.493.718,04
26	2047	49,32%	201.816.753,74	810.493.718,04	99.537.775,76	38.579.500,98	749.535.443,26
27	2048	49,32%	203.834.921,28	749.535.443,26	100.533.153,51	35.677.887,10	684.680.176,85
28	2049	49,32%	205.873.270,49	684.680.176,85	101.538.485,05	32.590.776,42	615.732.468,22
29	2050	49,32%	207.932.003,20	615.732.468,22	102.553.869,90	29.308.865,49	542.487.463,81
30	2051	49,32%	210.011.323,23	542.487.463,81	103.579.408,60	25.822.403,28	464.730.458,49
31	2052	49,32%	212.111.436,46	464.730.458,49	104.615.202,69	22.121.169,82	382.236.425,62
32	2053	49,32%	214.232.550,83	382.236.425,62	105.661.354,71	18.194.453,86	294.769.524,77
33	2054	49,32%	216.374.876,34	294.769.524,77	106.717.968,26	14.031.029,38	202.082.585,89
34	2055	49,32%	218.538.625,10	202.082.585,89	107.785.147,94	9.619.131,09	103.916.569,04
35	2056	49,32%	220.724.011,35	103.916.569,04	108.862.999,42	4.946.428,69	(1,69)

O plano de custeio proposto para 2022 prevê contribuições ordinárias do município (14,39%), do servidor ativo (14%), inativos e pensionistas (14%), sendo estas últimas incidentes sobre a parcela dos benefícios que exceder ao teto do RGPS, conforme previsto na legislação municipal. Além das contribuições ordinárias, o município pagará a contribuições extraordinárias previstas no plano de amortização.

O demonstrativo dos fluxos financeiros com a alternativa proposta está anexo ao relatório de avaliação atuarial, onde pode ser constatado que o saldo previdenciário será

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



suficiente para adimplir todos os benefícios com a geração atual de servidores, pensionistas e dependentes.

Ressaltamos que as alíquotas aqui sugeridas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

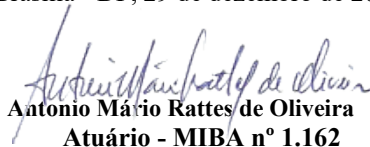
O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA foi preenchido levando-se em consideração as alíquotas vigentes na data desta reavaliação atuarial.

Os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo período de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeira, econômica e atuarialmente o regime. Assim, a manutenção do equilíbrio de um fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo e sua justa fundação.

Neste ponto a Constituição Federal determinou, com a modificação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/98, o alcance e a manutenção do equilíbrio atuarial de todos os regimes previdenciários de entes públicos, sendo ratificada pela regulamentação dos regimes de previdência dos servidores públicos, consoante a Lei Federal n.º 9.717/98.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 29 de dezembro de 2022.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
Atuário - MIBA nº 1.162

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ANEXO I

PROJEÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



A projeção das provisões matemáticas para os próximos doze meses foi elaborada de forma linear, considerando-se a fórmula que está apresentada nas orientações de preenchimento do DRAA 2022, a qual está transcrita a seguir.

$${}_kV = {}_0V + \frac{{}_1V - {}_0V}{12} \times k, \text{ onde } k = \text{número de meses contados a partir da avaliação;}$$

${}_0V$ = valor atual na data da avaliação e ${}_1V$ = valor atual posicionado doze meses após a data da avaliação.

O cálculo de ${}_1V$ foi efetuado com base na projeção da reserva matemática para o final de 2022, considerando-se um ambiente inflacionário de 5,65% a.a., conforme projeções para a inflação medida pelo IPCA divulgadas pelo Banco Central do Brasil¹, a taxa de juros adotada na avaliação atuarial e os fluxos de contribuições, benefícios e despesas administrativas estimadas para o período.

Os resultados da projeção das provisões matemáticas estão apresentados no quadro seguinte.

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	jan/22	fev/22	mar/22
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.467.361.251,76	1.476.390.477,33	1.485.419.702,90
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	742.467.123,57	743.844.468,30	745.221.813,02
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	769.289.050,63	770.718.829,23	772.148.607,84
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	26.821.927,05	26.874.360,94	26.926.794,82
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.547.122,58	2.566.127,39	2.585.132,19
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Prev. do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	724.894.128,19	732.546.009,04	740.197.889,88
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	1.121.089.718,34	1.129.008.985,47	1.136.928.252,60

¹ Focus – Medianas das expectativas de mercado, 4 de março de 2022.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	jan/22	fev/22	mar/22
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	130.230.264,68	129.908.031,69	129.585.798,69
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	126.434.140,35	126.118.289,02	125.802.437,69
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	139.531.185,12	140.436.655,73	141.342.126,34
		-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-

-continuação-

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	abr/22	mai/22	jun/22
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.494.448.928,47	1.503.478.154,04	1.512.507.379,61
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	746.599.157,74	747.976.502,46	749.353.847,19
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	773.578.386,44	775.008.165,05	776.437.943,66
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	26.979.228,70	27.031.662,59	27.084.096,47
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.604.137,00	2.623.141,81	2.642.146,62
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Prev. do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	747.849.770,73	755.501.651,58	763.153.532,43
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	1.144.847.519,72	1.152.766.786,85	1.160.686.053,98
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	129.263.565,69	128.941.332,70	128.619.099,70
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	125.486.586,36	125.170.735,03	124.854.883,70
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	142.247.596,94	143.153.067,55	144.058.538,16
		-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-

-continuação-

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	jul/22	ago/22	set/22
-------------	---------------	--------	--------	--------

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	jul/22	ago/22	set/22
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.521.536.605,18	1.530.565.830,75	1.539.595.056,32
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	750.731.191,91	752.108.536,63	753.485.881,35
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	777.867.722,26	779.297.500,87	780.727.279,47
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	27.136.530,35	27.188.964,24	27.241.398,12
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.661.151,42	2.680.156,23	2.699.161,04
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Prev. do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	770.805.413,27	778.457.294,12	786.109.174,97
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	1.168.605.321,11	1.176.524.588,24	1.184.443.855,37
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	128.296.866,70	127.974.633,71	127.652.400,71
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	124.539.032,36	124.223.181,03	123.907.329,70
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	144.964.008,77	145.869.479,38	146.774.949,99
		-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-

-continuação-

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	out/22	nov/22	dez/22
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.548.624.281,89	1.557.653.507,46	1.563.926.557,57
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	754.863.226,08	756.240.570,80	754.861.740,06
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	782.157.058,08	783.586.836,68	785.016.615,29
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	27.293.832,00	27.346.265,89	27.398.699,77
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.718.165,85	2.737.170,65	2.756.175,46
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Prev. do RPPS	-	-	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	793.761.055,82	801.412.936,66	809.064.817,51

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Nº DA CONTA	NOME DA CONTA	out/22	nov/22	dez/22
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	1.192.363.122,49	1.200.282.389,62	1.208.201.656,75
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	127.330.167,71	127.007.934,72	126.685.701,72
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	123.591.478,37	123.275.627,04	122.959.775,71
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	147.680.420,59	148.585.891,20	149.491.361,81
		-	-	-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-	-	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-	-	-

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ANEXO II

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS - ALÍQUOTAS ATUAIS

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



Ano	Despesas Previdenciais (R\$)	Receitas de Contribuições (R\$)	Compensação Previdenciária (R\$)	Resultado no Ano (R\$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R\$)
2022	89.239.661,75	35.484.665,20	3.938.109,58	(49.816.886,97)	(27.525.521,22)
2023	94.680.299,81	33.355.785,71	4.915.788,42	(56.408.725,68)	(56.408.725,68)
2024	99.399.789,14	31.411.224,04	5.404.931,83	(62.583.633,27)	(62.583.633,27)
2025	104.442.534,36	29.183.392,10	5.941.333,04	(69.317.809,21)	(69.317.809,21)
2026	108.583.319,32	27.307.530,55	6.625.497,59	(74.650.291,18)	(74.650.291,18)
2027	111.103.932,46	25.888.495,56	7.226.564,96	(77.988.871,93)	(77.988.871,93)
2028	115.741.836,39	23.681.129,84	8.583.285,77	(83.477.420,78)	(83.477.420,78)
2029	117.666.983,07	22.290.124,95	9.181.604,84	(86.195.253,27)	(86.195.253,27)
2030	118.280.253,67	21.288.201,17	9.306.447,37	(87.685.605,14)	(87.685.605,14)
2031	118.216.186,33	20.479.488,46	9.423.214,54	(88.313.483,34)	(88.313.483,34)
2032	118.559.238,15	19.427.867,49	9.490.636,63	(89.640.734,03)	(89.640.734,03)
2033	118.489.543,78	18.500.327,96	9.694.920,67	(90.294.295,15)	(90.294.295,15)
2034	118.929.555,42	17.383.378,56	9.853.325,48	(91.692.851,39)	(91.692.851,39)
2035	118.820.851,95	16.410.346,18	9.928.101,20	(92.482.404,58)	(92.482.404,58)
2036	122.784.611,11	13.697.424,45	9.906.586,26	(99.180.600,41)	(99.180.600,41)
2037	121.641.914,07	12.895.180,98	9.964.961,89	(98.781.771,20)	(98.781.771,20)
2038	121.729.849,26	11.650.369,43	9.963.624,30	(100.115.855,53)	(100.115.855,53)
2039	121.602.627,11	10.550.949,55	9.922.086,29	(101.129.591,27)	(101.129.591,27)
2040	120.240.711,46	9.677.048,84	9.862.195,41	(100.701.467,21)	(100.701.467,21)
2041	118.694.986,25	8.822.078,75	9.691.347,12	(100.181.560,38)	(100.181.560,38)
2042	116.533.046,07	8.099.827,42	9.567.648,35	(98.865.570,30)	(98.865.570,30)
2043	114.251.852,31	7.341.069,07	9.344.949,74	(97.565.833,49)	(97.565.833,49)
2044	111.224.302,86	6.753.366,02	9.109.505,62	(95.361.431,22)	(95.361.431,22)
2045	107.845.701,66	6.224.316,19	8.805.614,17	(92.815.771,30)	(92.815.771,30)
2046	105.221.475,02	5.463.313,23	8.504.754,10	(91.253.407,69)	(91.253.407,69)
2047	101.649.974,02	4.911.038,31	8.212.651,25	(88.526.284,46)	(88.526.284,46)
2048	98.255.839,84	4.296.480,52	7.878.449,37	(86.080.909,96)	(86.080.909,96)
2049	94.504.733,75	3.781.763,46	7.502.216,69	(83.220.753,61)	(83.220.753,61)
2050	90.737.691,68	3.253.162,82	7.139.555,89	(80.344.972,98)	(80.344.972,98)
2051	86.462.923,68	2.864.636,70	6.752.061,05	(76.846.225,92)	(76.846.225,92)
2052	82.183.042,10	2.494.341,29	6.364.748,75	(73.323.952,05)	(73.323.952,05)
2053	77.520.349,00	2.253.963,51	5.939.108,07	(69.327.277,41)	(69.327.277,41)
2054	72.966.189,19	1.993.346,20	5.530.017,84	(65.442.825,15)	(65.442.825,15)
2055	68.529.791,93	1.721.391,04	5.122.942,11	(61.685.458,78)	(61.685.458,78)
2056	64.036.766,30	1.504.125,50	4.720.586,91	(57.812.053,89)	(57.812.053,89)
2057	59.502.082,53	1.341.967,75	4.325.185,45	(53.834.929,33)	(53.834.929,33)
2058	55.125.404,73	1.180.295,25	3.943.879,81	(50.001.229,66)	(50.001.229,66)
2059	51.040.765,95	974.070,38	3.578.080,02	(46.488.615,55)	(46.488.615,55)
2060	47.010.506,56	804.721,50	3.228.739,19	(42.977.045,87)	(42.977.045,87)
2061	43.049.118,88	685.177,76	2.898.909,65	(39.465.031,48)	(39.465.031,48)
2062	39.171.496,98	605.049,17	2.590.035,21	(35.976.412,60)	(35.976.412,60)
2063	35.490.912,89	531.671,92	2.302.534,89	(32.656.706,08)	(32.656.706,08)
2064	32.013.982,57	464.918,18	2.036.535,24	(29.512.529,15)	(29.512.529,15)
2065	28.745.695,27	404.582,07	1.791.927,33	(26.549.185,87)	(26.549.185,87)
2066	25.689.520,12	350.398,19	1.568.416,85	(23.770.705,07)	(23.770.705,07)
2067	22.847.395,59	302.055,42	1.365.564,61	(21.179.775,56)	(21.179.775,56)
2068	20.219.300,62	259.192,13	1.182.768,55	(18.777.339,94)	(18.777.339,94)
2069	17.802.824,42	221.400,21	1.019.211,04	(16.562.213,16)	(16.562.213,16)
2070	15.593.370,96	188.247,83	873.838,27	(14.531.284,86)	(14.531.284,86)
2071	13.584.322,18	159.298,96	745.405,79	(12.679.617,42)	(12.679.617,42)
2072	11.767.385,00	134.126,57	632.597,76	(11.000.660,68)	(11.000.660,68)
2073	10.133.381,47	112.309,94	534.125,41	(9.486.946,12)	(9.486.946,12)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Ano	Despesas Previdenciais (R\$)	Receitas de Contribuições (R\$)	Compensação Previdenciária (R\$)	Resultado no Ano (R\$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R\$)
2074	8.672.667,20	93.446,08	448.742,22	(8.130.478,90)	(8.130.478,90)
2075	7.375.195,39	77.183,76	375.161,27	(6.922.850,36)	(6.922.850,36)
2076	6.230.555,48	63.243,33	312.107,63	(5.855.204,53)	(5.855.204,53)
2077	5.228.101,59	51.389,40	258.398,31	(4.918.313,88)	(4.918.313,88)
2078	4.356.964,14	41.405,45	212.889,33	(4.102.669,36)	(4.102.669,36)
2079	3.605.937,51	33.089,51	174.460,54	(3.398.387,46)	(3.398.387,46)
2080	2.963.696,73	26.251,37	142.092,38	(2.795.352,98)	(2.795.352,98)
2081	2.418.919,62	20.703,12	114.926,67	(2.283.289,82)	(2.283.289,82)
2082	1.960.470,83	16.262,31	92.242,92	(1.851.965,60)	(1.851.965,60)
2083	1.577.909,08	12.758,36	73.417,22	(1.491.733,50)	(1.491.733,50)
2084	1.261.603,67	10.029,50	57.919,50	(1.193.654,67)	(1.193.654,67)
2085	1.002.478,02	7.925,08	45.291,97	(949.260,97)	(949.260,97)
2086	791.798,12	6.306,97	35.118,94	(750.372,21)	(750.372,21)
2087	621.384,53	5.053,24	27.018,32	(589.312,98)	(589.312,98)
2088	483.995,63	4.061,32	20.655,40	(459.278,92)	(459.278,92)
2089	373.573,98	3.256,32	15.725,22	(354.592,44)	(354.592,44)
2090	285.211,22	2.591,34	11.940,19	(270.679,69)	(270.679,69)
2091	214.947,25	2.039,13	9.052,90	(203.855,23)	(203.855,23)
2092	159.627,74	1.584,28	6.864,43	(151.179,04)	(151.179,04)
2093	116.721,94	1.217,46	5.212,08	(110.292,41)	(110.292,41)
2094	84.045,68	928,73	3.962,42	(79.154,52)	(79.154,52)
2095	59.641,96	705,17	3.010,40	(55.926,39)	(55.926,39)
2096	41.800,14	534,05	2.278,34	(38.987,76)	(38.987,76)

Notas: As receitas de contribuições estão deduzidas da receita administrativa.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ANEXO III

PROJEÇÕES ATUARIAIS

FLUXOS PREVIDENCIÁRIOS - ALÍQUOTAS SUGERIDAS – PLANO DE AMORTIZAÇÃO – SEM USO DE LDA

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



Ano	Despesas Previdenciais (R\$)	Receitas de Contribuições (R\$)	Compensação Previdenciária (R\$)	Resultado no Ano (R\$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R\$)
2022	89.239.661,75	77.691.389,28	3.938.109,58	(7.610.162,90)	14.681.202,85
2023	94.680.299,81	91.878.980,94	4.915.788,42	2.114.469,55	17.494.497,66
2024	99.399.789,14	106.572.999,18	5.404.931,83	12.578.141,88	30.905.377,62
2025	104.442.534,36	109.151.663,56	5.941.333,04	10.650.462,25	43.026.935,85
2026	108.583.319,32	108.075.484,72	6.625.497,59	6.117.662,99	51.192.680,98
2027	111.103.932,46	107.464.129,28	7.226.564,96	3.586.761,78	57.216.214,38
2028	115.741.836,39	106.072.519,89	8.583.285,77	(1.086.030,73)	58.853.675,46
2029	117.666.983,07	105.505.428,90	9.181.604,84	(2.979.949,32)	58.675.161,09
2030	118.280.253,67	105.335.658,16	9.306.447,37	(3.638.148,15)	57.829.950,61
2031	118.216.186,33	105.367.420,02	9.423.214,54	(3.425.551,78)	57.157.104,48
2032	118.559.238,15	105.164.678,37	9.490.636,63	(3.903.923,15)	55.973.859,50
2033	118.489.543,78	105.094.506,94	9.694.920,67	(3.700.116,17)	54.938.099,04
2034	118.929.555,42	104.843.499,33	9.853.325,48	(4.232.730,61)	53.320.421,94
2035	118.820.851,95	104.745.068,16	9.928.101,20	(4.147.682,60)	51.710.791,43
2036	122.784.611,11	102.915.493,65	9.906.586,26	(9.962.531,21)	44.209.693,90
2037	121.641.914,07	103.005.430,87	9.964.961,89	(8.671.521,31)	37.642.554,02
2038	121.729.849,26	102.661.721,82	9.963.624,30	(9.104.503,14)	30.329.836,45
2039	121.602.627,11	102.472.415,46	9.922.086,29	(9.208.125,35)	22.565.411,31
2040	120.240.711,46	102.517.729,41	9.862.195,41	(7.860.786,63)	15.778.738,26
2041	118.694.986,25	102.591.166,13	9.691.347,12	(6.412.473,00)	10.117.333,21
2042	116.533.046,07	102.806.605,68	9.567.648,35	(4.158.792,04)	6.440.126,22
2043	114.251.852,31	102.994.915,11	9.344.949,74	(1.911.987,46)	4.834.688,77
2044	111.224.302,86	103.363.750,51	9.109.505,62	1.248.953,28	6.313.773,23
2045	107.845.701,66	103.800.804,53	8.805.614,17	4.760.717,04	11.375.025,88
2046	105.221.475,02	104.015.566,45	8.504.754,10	7.298.845,54	19.215.322,65
2047	101.649.974,02	104.448.814,07	8.212.651,25	11.011.491,30	31.141.463,31
2048	98.255.839,84	104.829.634,03	7.878.449,37	14.452.243,55	47.076.040,52
2049	94.504.733,75	105.320.248,51	7.502.216,69	18.317.731,44	67.634.591,48
2050	90.737.691,68	105.807.032,72	7.139.555,89	22.208.896,92	93.062.894,96
2051	86.462.923,68	106.444.045,30	6.752.061,05	26.733.182,67	124.225.871,43
2052	82.183.042,10	107.109.543,98	6.364.748,75	31.291.250,64	161.430.273,55
2053	77.520.349,00	107.915.318,22	5.939.108,07	36.334.077,30	205.448.431,87
2054	72.966.189,19	108.711.314,46	5.530.017,84	41.275.143,11	256.502.920,34
2055	68.529.791,93	109.506.538,98	5.122.942,11	46.099.689,17	314.812.148,51
2056	64.036.766,30	110.367.124,92	4.720.586,91	51.050.945,53	380.848.152,31
2057	59.502.082,53	1.341.967,75	4.325.185,45	(53.834.929,33)	345.141.595,03
2058	55.125.404,73	1.180.295,25	3.943.879,81	(50.001.229,66)	311.569.105,29
2059	51.040.765,95	974.070,38	3.578.080,02	(46.488.615,55)	279.911.179,15
2060	47.010.506,56	804.721,50	3.228.739,19	(42.977.045,87)	250.257.905,42
2061	43.049.118,88	685.177,76	2.898.909,65	(39.465.031,48)	222.705.150,23
2062	39.171.496,98	605.049,17	2.590.035,21	(35.976.412,60)	197.329.502,79
2063	35.490.912,89	531.671,92	2.302.534,89	(32.656.706,08)	174.065.681,04
2064	32.013.982,57	464.918,18	2.036.535,24	(29.512.529,15)	152.838.678,31
2065	28.745.695,27	404.582,07	1.791.927,33	(26.549.185,87)	133.564.613,53
2066	25.689.520,12	350.398,19	1.568.416,85	(23.770.705,07)	116.151.584,06
2067	22.847.395,59	302.055,42	1.365.564,61	(21.179.775,56)	100.500.623,91
2068	20.219.300,62	259.192,13	1.182.768,55	(18.777.339,94)	86.507.113,66
2069	17.802.824,42	221.400,21	1.019.211,04	(16.562.213,16)	74.062.639,11
2070	15.593.370,96	188.247,83	873.838,27	(14.531.284,86)	63.056.735,87
2071	13.584.322,18	159.298,96	745.405,79	(12.679.617,42)	53.378.619,08
2072	11.767.385,00	134.126,57	632.597,76	(11.000.660,68)	44.918.780,67
2073	10.133.381,47	112.309,94	534.125,41	(9.486.946,12)	37.569.968,51

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

Ano	Despesas Previdenciais (R\$)	Receitas de Contribuições (R\$)	Compensação Previdenciária (R\$)	Resultado no Ano (R\$)	Resultado Acum. Capitalizado (Fundo de Previdência) (R\$)
2074	8.672.667,20	93.446,08	448.742,22	(8.130.478,90)	31.227.820,10
2075	7.375.195,39	77.183,76	375.161,27	(6.922.850,36)	25.791.413,98
2076	6.230.555,48	63.243,33	312.107,63	(5.855.204,53)	21.163.880,76
2077	5.228.101,59	51.389,40	258.398,31	(4.918.313,88)	17.252.967,61
2078	4.356.964,14	41.405,45	212.889,33	(4.102.669,36)	13.971.539,51
2079	3.605.937,51	33.089,51	174.460,54	(3.398.387,46)	11.238.197,33
2080	2.963.696,73	26.251,37	142.092,38	(2.795.352,98)	8.977.782,55
2081	2.418.919,62	20.703,12	114.926,67	(2.283.289,82)	7.121.835,17
2082	1.960.470,83	16.262,31	92.242,92	(1.851.965,60)	5.608.868,93
2083	1.577.909,08	12.758,36	73.417,22	(1.491.733,50)	4.384.117,59
2084	1.261.603,67	10.029,50	57.919,50	(1.193.654,67)	3.399.146,92
2085	1.002.478,02	7.925,08	45.291,97	(949.260,97)	2.611.685,34
2086	791.798,12	6.306,97	35.118,94	(750.372,21)	1.985.629,36
2087	621.384,53	5.053,24	27.018,32	(589.312,98)	1.490.832,34
2088	483.995,63	4.061,32	20.655,40	(459.278,92)	1.102.517,04
2089	373.573,98	3.256,32	15.725,22	(354.592,44)	800.404,41
2090	285.211,22	2.591,34	11.940,19	(270.679,69)	567.823,97
2091	214.947,25	2.039,13	9.052,90	(203.855,23)	390.997,16
2092	159.627,74	1.584,28	6.864,43	(151.179,04)	258.429,59
2093	116.721,94	1.217,46	5.212,08	(110.292,41)	160.438,43
2094	84.045,68	928,73	3.962,42	(79.154,52)	88.920,78
2095	59.641,96	705,17	3.010,40	(55.926,39)	37.227,02
2096	41.800,14	534,05	2.278,34	(38.987,76)	11,27

Notas: As receitas de contribuições estão deduzidas da receita administrativa.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS EM CONFORMIDADE COM A LRF

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JQUIÉ - BA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 A 2096
PLANO DE CUSTEIO ATUAL

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2021	-	-	-	21.278.508,74
2022	40.435.631,80	89.239.661,75	(48.804.029,96)	(27.525.521,22)
2023	38.271.574,13	94.680.299,81	(56.408.725,68)	(56.408.725,68)
2024	36.816.155,87	99.399.789,14	(62.583.633,27)	(62.583.633,27)
2025	35.124.725,15	104.442.534,36	(69.317.809,21)	(69.317.809,21)
2026	33.933.028,15	108.583.319,32	(74.650.291,18)	(74.650.291,18)
2027	33.115.060,53	111.103.932,46	(77.988.871,93)	(77.988.871,93)
2028	32.264.415,61	115.741.836,39	(83.477.420,78)	(83.477.420,78)
2029	31.471.729,80	117.666.983,07	(86.195.253,27)	(86.195.253,27)
2030	30.594.648,53	118.280.253,67	(87.685.605,14)	(87.685.605,14)
2031	29.902.703,00	118.216.186,33	(88.313.483,34)	(88.313.483,34)
2032	28.918.504,12	118.559.238,15	(89.640.734,03)	(89.640.734,03)
2033	28.195.248,63	118.489.543,78	(90.294.295,15)	(90.294.295,15)
2034	27.236.704,04	118.929.555,42	(91.692.851,39)	(91.692.851,39)
2035	26.338.447,37	118.820.851,95	(92.482.404,58)	(92.482.404,58)
2036	23.604.010,70	122.784.611,11	(99.180.600,41)	(99.180.600,41)
2037	22.860.142,87	121.641.914,07	(98.781.771,20)	(98.781.771,20)
2038	21.613.993,73	121.729.849,26	(100.115.855,53)	(100.115.855,53)
2039	20.473.035,84	121.602.627,11	(101.129.591,27)	(101.129.591,27)
2040	19.539.244,25	120.240.711,46	(100.701.467,21)	(100.701.467,21)
2041	18.513.425,87	118.694.986,25	(100.181.560,38)	(100.181.560,38)
2042	17.667.475,77	116.533.046,07	(98.865.570,30)	(98.865.570,30)
2043	16.686.018,81	114.251.852,31	(97.565.833,49)	(97.565.833,49)
2044	15.862.871,64	111.224.302,86	(95.361.431,22)	(95.361.431,22)
2045	15.029.930,36	107.845.701,66	(92.815.771,30)	(92.815.771,30)
2046	13.968.067,33	105.221.475,02	(91.253.407,69)	(91.253.407,69)
2047	13.123.689,56	101.649.974,02	(88.526.284,46)	(88.526.284,46)
2048	12.174.929,88	98.255.839,84	(86.080.909,96)	(86.080.909,96)
2049	11.283.980,14	94.504.733,75	(83.220.753,61)	(83.220.753,61)
2050	10.392.718,70	90.737.691,68	(80.344.972,98)	(80.344.972,98)
2051	9.616.697,75	86.462.923,68	(76.846.225,92)	(76.846.225,92)
2052	8.859.090,05	82.183.042,10	(73.323.952,05)	(73.323.952,05)
2053	8.193.071,58	77.520.349,00	(69.327.277,41)	(69.327.277,41)
2054	7.523.364,04	72.966.189,19	(65.442.825,15)	(65.442.825,15)
2055	6.844.333,15	68.529.791,93	(61.685.458,78)	(61.685.458,78)
2056	6.224.712,41	64.036.766,30	(57.812.053,89)	(57.812.053,89)
2057	5.667.153,20	59.502.082,53	(53.834.929,33)	(53.834.929,33)
2058	5.124.175,07	55.125.404,73	(50.001.229,66)	(50.001.229,66)
2059	4.552.150,40	51.040.765,95	(46.488.615,55)	(46.488.615,55)
2060	4.033.460,69	47.010.506,56	(42.977.045,87)	(42.977.045,87)
2061	3.584.087,40	43.049.118,88	(39.465.031,48)	(39.465.031,48)
2062	3.195.084,39	39.171.496,98	(35.976.412,60)	(35.976.412,60)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ -BA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 A 2096
PLANO DE CUSTEIO ATUAL

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2063	2.834.206,81	35.490.912,89	(32.656.706,08)	(32.656.706,08)
2064	2.501.453,43	32.013.982,57	(29.512.529,15)	(29.512.529,15)
2065	2.196.509,40	28.745.695,27	(26.549.185,87)	(26.549.185,87)
2066	1.918.815,05	25.689.520,12	(23.770.705,07)	(23.770.705,07)
2067	1.667.620,03	22.847.395,59	(21.179.775,56)	(21.179.775,56)
2068	1.441.960,68	20.219.300,62	(18.777.339,94)	(18.777.339,94)
2069	1.240.611,25	17.802.824,42	(16.562.213,16)	(16.562.213,16)
2070	1.062.086,10	15.593.370,96	(14.531.284,86)	(14.531.284,86)
2071	904.704,75	13.584.322,18	(12.679.617,42)	(12.679.617,42)
2072	766.724,33	11.767.385,00	(11.000.660,68)	(11.000.660,68)
2073	646.435,35	10.133.381,47	(9.486.946,12)	(9.486.946,12)
2074	542.188,30	8.672.667,20	(8.130.478,90)	(8.130.478,90)
2075	452.345,03	7.375.195,39	(6.922.850,36)	(6.922.850,36)
2076	375.350,95	6.230.555,48	(5.855.204,53)	(5.855.204,53)
2077	309.787,71	5.228.101,59	(4.918.313,88)	(4.918.313,88)
2078	254.294,78	4.356.964,14	(4.102.669,36)	(4.102.669,36)
2079	207.550,05	3.605.937,51	(3.398.387,46)	(3.398.387,46)
2080	168.343,75	2.963.696,73	(2.795.352,98)	(2.795.352,98)
2081	135.629,79	2.418.919,62	(2.283.289,82)	(2.283.289,82)
2082	108.505,23	1.960.470,83	(1.851.965,60)	(1.851.965,60)
2083	86.175,58	1.577.909,08	(1.491.733,50)	(1.491.733,50)
2084	67.949,00	1.261.603,67	(1.193.654,67)	(1.193.654,67)
2085	53.217,06	1.002.478,02	(949.260,97)	(949.260,97)
2086	41.425,91	791.798,12	(750.372,21)	(750.372,21)
2087	32.071,55	621.384,53	(589.312,98)	(589.312,98)
2088	24.716,71	483.995,63	(459.278,92)	(459.278,92)
2089	18.981,54	373.573,98	(354.592,44)	(354.592,44)
2090	14.531,53	285.211,22	(270.679,69)	(270.679,69)
2091	11.092,03	214.947,25	(203.855,23)	(203.855,23)
2092	8.448,70	159.627,74	(151.179,04)	(151.179,04)
2093	6.429,53	116.721,94	(110.292,41)	(110.292,41)
2094	4.891,15	84.045,68	(79.154,52)	(79.154,52)
2095	3.715,58	59.641,96	(55.926,39)	(55.926,39)
2096	2.812,38	41.800,14	(38.987,76)	(38.987,76)

Notas:

(1) Projeção atuarial com data-focal em 31/12/2021.

(2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE-2020; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: 1,00% a.a.; d) crescimento real de benefícios: 0% a.a.; e) taxa real de juros: 4,76% a.a.; f) hipótese sobre geração futura: não usada; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.; h) hipótese de família média: Dados reais dos dependentes e, em caso de inexistência, cônjuge três anos mais jovem que o titular masculino ou mais velho que o titular feminino e dois filhos, com diferenças de 22 e 24 anos para a idade da mãe; i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,9844; j) inflação anual estimada no longo prazo: 3,50%; k) taxa de rotatividade: 1% a.a..

(3) Massa salarial mensal: R\$ 11.985.545,30.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2022 A 2096

PLANO DE CUSTEIO SUGERIDO – SEM USO DE LDA

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2021	-	-	-	21.278.508,74
2022	82.642.355,87	89.239.661,75	(6.597.305,89)	14.681.202,85
2023	97.493.594,61	94.680.299,81	2.813.294,80	17.494.497,66
2024	112.810.669,10	99.399.789,14	13.410.879,96	30.905.377,62
2025	116.564.092,58	104.442.534,36	12.121.558,22	43.026.935,85
2026	116.749.064,46	108.583.319,32	8.165.745,14	51.192.680,98
2027	117.127.465,85	111.103.932,46	6.023.533,39	57.216.214,38
2028	117.379.297,47	115.741.836,39	1.637.461,08	58.853.675,46
2029	117.488.468,70	117.666.983,07	(178.514,37)	58.675.161,09
2030	117.435.043,19	118.280.253,67	(845.210,48)	57.829.950,61
2031	117.543.340,21	118.216.186,33	(672.846,13)	57.157.104,48
2032	117.375.993,17	118.559.238,15	(1.183.244,98)	55.973.859,50
2033	117.453.783,32	118.489.543,78	(1.035.760,45)	54.938.099,04
2034	117.311.878,32	118.929.555,42	(1.617.677,10)	53.320.421,94
2035	117.211.221,44	118.820.851,95	(1.609.630,51)	51.710.791,43
2036	115.283.513,58	122.784.611,11	(7.501.097,54)	44.209.693,90
2037	115.074.774,20	121.641.914,07	(6.567.139,88)	37.642.554,02
2038	114.417.131,69	121.729.849,26	(7.312.717,57)	30.329.836,45
2039	113.838.201,97	121.602.627,11	(7.764.425,14)	22.565.411,31
2040	113.454.038,41	120.240.711,46	(6.786.673,05)	15.778.738,26
2041	113.033.581,19	118.694.986,25	(5.661.405,05)	10.117.333,21
2042	112.855.839,09	116.533.046,07	(3.677.206,98)	6.440.126,22
2043	112.646.414,86	114.251.852,31	(1.605.437,45)	4.834.688,77
2044	112.703.387,32	111.224.302,86	1.479.084,46	6.313.773,23
2045	112.906.954,31	107.845.701,66	5.061.252,65	11.375.025,88
2046	113.061.771,79	105.221.475,02	7.840.296,77	19.215.322,65
2047	113.576.114,68	101.649.974,02	11.926.140,66	31.141.463,31
2048	114.190.417,05	98.255.839,84	15.934.577,21	47.076.040,52
2049	115.063.284,72	94.504.733,75	20.558.550,97	67.634.591,48
2050	116.165.995,16	90.737.691,68	25.428.303,47	93.062.894,96
2051	117.625.900,15	86.462.923,68	31.162.976,47	124.225.871,43
2052	119.387.444,21	82.183.042,10	37.204.402,12	161.430.273,55
2053	121.538.507,32	77.520.349,00	44.018.158,32	205.448.431,87
2054	124.020.677,66	72.966.189,19	51.054.488,47	256.502.920,34
2055	126.839.020,10	68.529.791,93	58.309.228,17	314.812.148,51
2056	130.072.770,10	64.036.766,30	66.036.003,80	380.848.152,31
2057	23.795.525,25	59.502.082,53	(35.706.557,28)	345.141.595,03
2058	21.552.914,99	55.125.404,73	(33.572.489,74)	311.569.105,29
2059	19.382.839,81	51.040.765,95	(31.657.926,14)	279.911.179,15
2060	17.357.232,82	47.010.506,56	(29.653.273,74)	250.257.905,42
2061	15.496.363,70	43.049.118,88	(27.552.755,18)	222.705.150,23
2062	13.795.849,54	39.171.496,98	(25.375.647,45)	197.329.502,79

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 A 2096
PLANO DE CUSTEIO SUGERIDO – SEM USO DE LDA

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

RS 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2063	12.227.091,14	35.490.912,89	(23.263.821,75)	174.065.681,04
2064	10.786.979,84	32.013.982,57	(21.227.002,73)	152.838.678,31
2065	9.471.630,48	28.745.695,27	(19.274.064,78)	133.564.613,53
2066	8.276.490,65	25.689.520,12	(17.413.029,47)	116.151.584,06
2067	7.196.435,43	22.847.395,59	(15.650.960,15)	100.500.623,91
2068	6.225.790,38	20.219.300,62	(13.993.510,24)	86.507.113,66
2069	5.358.349,86	17.802.824,42	(12.444.474,55)	74.062.639,11
2070	4.587.467,73	15.593.370,96	(11.005.903,24)	63.056.735,87
2071	3.906.205,38	13.584.322,18	(9.678.116,80)	53.378.619,08
2072	3.307.546,60	11.767.385,00	(8.459.838,41)	44.918.780,67
2073	2.784.569,31	10.133.381,47	(7.348.812,16)	37.569.968,51
2074	2.330.518,80	8.672.667,20	(6.342.148,40)	31.227.820,10
2075	1.938.789,26	7.375.195,39	(5.436.406,13)	25.791.413,98
2076	1.603.022,26	6.230.555,48	(4.627.533,22)	21.163.880,76
2077	1.317.188,44	5.228.101,59	(3.910.913,15)	17.252.967,61
2078	1.075.536,04	4.356.964,14	(3.281.428,10)	13.971.539,51
2079	872.595,33	3.605.937,51	(2.733.342,18)	11.238.197,33
2080	703.281,94	2.963.696,73	(2.260.414,79)	8.977.782,55
2081	562.972,24	2.418.919,62	(1.855.947,37)	7.121.835,17
2082	447.504,59	1.960.470,83	(1.512.966,25)	5.608.868,93
2083	353.157,74	1.577.909,08	(1.224.751,34)	4.384.117,59
2084	276.633,00	1.261.603,67	(984.970,67)	3.399.146,92
2085	215.016,45	1.002.478,02	(787.461,57)	2.611.685,34
2086	165.742,13	791.798,12	(626.055,98)	1.985.629,36
2087	126.587,51	621.384,53	(494.797,02)	1.490.832,34
2088	95.680,33	483.995,63	(388.315,30)	1.102.517,04
2089	71.461,35	373.573,98	(302.112,63)	800.404,41
2090	52.630,78	285.211,22	(232.580,44)	567.823,97
2091	38.120,45	214.947,25	(176.826,80)	390.997,16
2092	27.060,17	159.627,74	(132.567,57)	258.429,59
2093	18.730,78	116.721,94	(97.991,16)	160.438,43
2094	12.528,02	84.045,68	(71.517,65)	88.920,78
2095	7.948,20	59.641,96	(51.693,76)	37.227,02
2096	4.584,39	41.800,14	(37.215,75)	11,27

Notas:

- (1) Projeção atuarial com data-focal em 31/12/2021.
- (2) Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE-2020; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: 1,00% a.a.; d) crescimento real de benefícios: 0% a.a.; e) taxa real de juros: 4,76% a.a.; f) hipótese sobre geração futura: não usada; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0% a.a.; h) hipótese de família média: Dados reais dos dependentes e, em caso de inexistência, cônjuge três anos mais jovem que o titular masculino ou mais velho que o titular feminino e dois filhos, com diferenças de 22 e 24 anos para a idade da mãe; i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,9844; j) inflação anual estimada no longo prazo: 3,50%; k) taxa de rotatividade: 1% a.a.
- (3) Massa salarial mensal: R\$ 11.985.545,30.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais



ANEXO V

CONTABILIZAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais

**DEMONSTRATIVO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS CONSIDERANDO-SE A
ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO NORMAL – GERAÇÃO ATUAL**

CÓDIGO	CONTA	VALOR EM R\$
2.2.7.2.0.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	1.455.803.908,41
2.2.7.2.1.03.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	738.561.661,07
2.2.7.2.1.03.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. do Plano Previd. do RPPS	767.859.272,01
2.2.7.2.1.03.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	26.769.493,17
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	2.528.117,77
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-
2.2.7.2.1.03.06	(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários do Plano Prev. do RPPS	-
2.2.7.2.1.04.00	Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	717.242.247,34
2.2.7.2.1.04.01	Aposentadorias/Pensões/Outros Benef. a Conceder do Plano Prev. do RPPS	1.113.170.451,21
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	130.552.497,68
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	126.749.991,68
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	138.625.714,51
		-
2.2.7.2.1.05.00	Plano Previdenciário - Plano de Amortização	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) Outros Créditos do Plano de Amortização	-